



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARINA ROSADO DOS SANTOS

**ESTRATÉGIAS E DINÂMICAS DA PRODUÇÃO DO
CUIDADO EM FAMÍLIAS INTERGERACIONAIS**

Salvador
2023

MARINA ROSADO DOS SANTOS

**ESTRATÉGIAS E DINÂMICAS DA PRODUÇÃO DO
CUIDADO EM FAMÍLIAS INTERGERACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na linha de pesquisa 01 – Questão Social e Diversidade Humana, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Josimara Aparecida Delgado Baour.

Salvador
2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rosado, Marina

Estratégias e dinâmicas da produção do cuidado em famílias intergeracionais / Marina Rosado dos Santos, 2023.

106 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Josimara Aparecida Delgado

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

1. Famílias - Cuidados. 2. Famílias – Trabalho - Aspectos sociais. 3. Mulheres - Emprego. 4. Feminismos - Movimentos sociais. I. Delgado, Josimara Aparecida. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD: 362.82



TERMO DE APROVAÇÃO

“ESTRATÉGIAS E DINÂMICAS DA PRODUÇÃO DO CUIDADO EM FAMÍLIAS INTERGERACIONAIS”

Marina Rosado dos Santos

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Josimara Aparecida Delgado Baour (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Valéria dos Santos Noronha

Prof.^a Dr.^a Valéria dos Santos Noronha
Universidade Federal da Bahia – UFBA

MILENA FREITAS MACHADO

Prof.^a Dr.^a Milena Freitas Machado
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Salvador, 30 de Agosto de 2023.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na linha de pesquisa 01 – Questão Social e Diversidade Humana, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Serviço Social.

Salvador, 30 de agosto de 2023.

Banca examinadora

Josimara Aparecida Delgado Baour – Orientadora: _____

Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007).
Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996).
Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992).

Milena Freitas Machado – Examinadora: _____

Doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia (2022). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2015). Graduação em Serviço Social pela União Metropolitana de Educação e Cultura (2010).

Valéria dos Santos Noronha Miranda – Examinadora: _____

Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009).
Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2002).
Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (1995).

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Sandra, que desde sempre e, incansavelmente, materializa o que foi objeto deste estudo. E se “viver é partir, voltar e repartir”, anda hei de conseguir retribuir tamanha entrega.

À minha esposa, companheira e amiga, Sheyla Paranaguá, que desde o início desse processo esteve comigo incentivando, contribuindo e pacientemente dividindo os momentos mais difíceis.

Às minhas amigas Daiane Barreto, Gabriela Barbosa e Thaíse Viana, que vieram para provar que tem gente que a gente conhece e tem gente que a gente encontra. Agradeço os sorrisos, apoios, ombros para os desabafos e compreensão sempre.

À minha querida amiga Elizabete Dantas que tantas vezes recebeu as minhas repetitivas inquietações e que sempre é a pessoa com quem farei graça independente do caos que esteja acontecendo à nossa volta.

A Silvia Nogueira, querida colega de trabalho, sem o apoio de quem eu não poderia ter continuado no mestrado.

A amiga – e orientadora – Josimara Delgado, por sempre ser tão atenciosa, amável e conduzir este processo com a leveza que eu precisava e sem a qual eu não seguiria.

ROSADO, Marina. **Estratégias e Dinâmicas da produção do cuidado em famílias intergeracionais**. Orientadora: Josimara Aparecida Delgado Baour. 2023.; Xx f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema o cuidado na sociedade contemporânea a partir da perspectiva da vivência de mulheres em famílias intergeracionais, e com base em uma abordagem feminista que considere fundamental compreender as relações entre classe, raça, gênero e geração, numa dimensão de totalidade. Busca resgatar uma tradição teórica marxista, mas por um viés que a atualiza e revigora, realçando ferramentas que ajudam a entender a sociedade capitalista a partir de contribuições teórico-críticas no campo dos feminismos, como a Teoria da Reprodução Social, por exemplo, e o diálogo que esta pode estabelecer com outras vertentes, tal qual o feminismo materialista e o próprio feminismo negro. Isto porque continua latente na sociedade uma tendência de responsabilização das figuras femininas pela realização de trabalhos domésticos e de cuidados, o que historicamente tem causado impacto em suas trajetórias de vida e em todas as fases dela, posto que hoje percebe-se uma alteração cada vez maior no perfil dessas mulheres, as quais mesmo quando velhas e inseridas em dinâmicas familiares marcadas pela intergeracionalidade – contexto suscitado por aspectos variados – continuam a participar do ciclo de cuidados, não só como alvos dele, mas também agentes. Muito desse cenário é ainda agudizado por um modelo de Estado neoliberal que, ao longo dos anos, tem se isentado em assumir um papel de destaque no que tange à proteção social dessas famílias, criando uma cultura de autorresponsabilização e empreendedorismo individual, promovendo ataques aos direitos e serviços sociais, ao mesmo tempo que invisibiliza quem são os sujeitos que têm arcado com as consequências desses desmontes. A pesquisa tem um caráter bibliográfico e intenta analisar, a partir de produções empíricas já existentes, as tendências no que se refere à materialização do cuidado promovido pelas famílias e em especial pelas mulheres, e em que medida os indivíduos responsáveis por esse cuidado têm sido alcançados ou desamparados em termos de proteção social, apontando, ainda, possíveis lacunas e categorizações dessas tendências, a fim de apontar possíveis aprofundamentos analíticos.

Palavras-Chave: Cuidado. Famílias Intergeracionais. Feminismo. Reprodução Social.

ROSADO, Marina. **Strategies and Dynamics of Care Production in Intergenerational Families**. Advisor: Josimara Aparecida Delgado Baour. 2023. Xx s. Dissertation (Master in Social Service) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

ABSTRACT

The present work has as its theme the care in contemporary society from the perspective of the experience of women in intergenerational families, and based on a feminist approach that considers it fundamental to understand the relationships between class, race, gender and generation, in a dimension of totality, seeking to rescue a Marxist theoretical tradition, but rescued by a bias that updates and invigorates it, highlighting tools that help to understand capitalist society from critical theoretical contributions in the field of feminism, such as the Theory of Social Reproduction, for example, and the dialogue that it can establish with other aspects, such as materialist feminism and black feminism itself. This is because there is still a latent tendency in society for women figures to be responsible for carrying out domestic and care work, which historically has had an impact on their life trajectories and in all phases of it, since today there is an ever changing change greater in the profile of these women, who even when old and inserted in family dynamics marked by intergenerationality - a context raised by different aspects - continue to participate in the care cycle, not only as targets of it, but also agents. Much of this scenario is further aggravated by a neoliberal state model that, over the years, has been exempt from assuming a prominent role with regard to the social protection of these families, creating a culture of self-responsibility and individual entrepreneurship, promoting attacks on rights and social services, while making invisible who are the subjects who have borne the consequences of these dismantling. The research has a bibliographic character, and intends to analyze, based on existing empirical productions, the trends with regard to the materialization of care promoted by families and, in particular, by women, and the extent to which the individuals responsible for this care have been reached or abandoned in terms of social protection, also pointing out possible gaps and categorizing these trends, in order to point out possible analytical depths.

Keywords: Care. Intergenerational families. Feminism. Social Reproduction.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 TECENDO A VIDA E O CONHECIMENTO.....	7
1.2 CONSTRUINDO PERSPECTIVAS: A ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	13
2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O CUIDADO: FEMINISMOS E AS LUTAS DAS MULHERES	20
3 RACIONALIDADE NEOLIBERAL E POLÍTICA SOCIAL: UMA ANÁLISE FEMINISTA ACERCA DA PROTEÇÃO SOCIAL E DO CUIDADO	35
3.1 CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DAS FAMÍLIAS EM SEUS ASPECTOS DE GÊNERO, RAÇA E GERAÇÃO.....	36
3.2 CRISE CAPITALISTA, NEOLIBERALISMO E PROTEÇÃO SOCIAL.....	47
4 TROCAS E PRODUÇÃO DO CUIDADO NAS FAMÍLIAS INTERGERACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE NA CONTEMPORANEIDADE	57
4.1 O CUIDADO NA AUSÊNCIA DE VÍNCULOS FAMILIARES.....	59
4.2 O CUIDADO INSTITUCIONALIZADO.....	68
4.3 O CUIDADO GESTADO PELA FAMÍLIA.....	74
4.4 O “X” DA QUESTÃO: LACUNAS PREENCHÍVEIS.....	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	95

1 INTRODUÇÃO

1.1 TECENDO A VIDA E O CONHECIMENTO

O presente trabalho tem como tema as dinâmicas do cuidado presentes na realidade de mulheres dos setores mais pauperizados da população e as respostas ou silenciamentos promovidos pelo Estado no que se refere à proteção social dessas mulheres.

Um dos pressupostos importantes para os estudos feministas é a necessidade de refletirmos como a construção do conhecimento se dá de forma situada ou localizada (HARDING, 1986; HARAWAY, 1995). Nesse sentido, as escolhas teóricas e metodológicas para tratar as questões que apresento virão também de um mergulho em minha condição de sujeita dessa investigação, ou seja, a partir de uma determinada experiência social, histórica e profissional que me constitui. Trata-se de uma experiência com muitas marcas sociais as quais fui articulando objetiva e simbolicamente. Nessa experiência, sem dúvida, destaca-se a minha formação como assistente social e minha inserção nessa sociedade num dado tempo histórico, sendo uma mulher lésbica, moradora de periferia e de uma dada geração, aquela que nasce e se torna adulta sob o signo do capitalismo em crise e do neoliberalismo, tempos em que a barbárie capitalista se revela de forma contundente, culminando hoje em sua face pandêmica. Essas duas experiências, a profissional e a de vida, é claro, se entrecruzam.

Sendo assim, minha formação também foi marcada por esse tempo social e por minha inserção na sociedade. Falo um pouco sobre isso. Um dos traços dessa história é que ela é marcada por um certo limite em relação ao acesso aos bens culturais hegemônicos produzidos pela categoria, quer por questões materiais, pelo fator tempo, considerando-se as demandas postas pelo trabalho e vida familiar e pela própria questão regional, visto que Salvador só teve o seu primeiro programa de Pós-Graduação na área a partir de fins de 2018.

Cursei a graduação no Centro Universitário Jorge Amado, entre 2012 e 2016, titulei-me especialista em saúde pelo Programa de Residência Multiprofissional da

UFBA, não só pela possibilidade de qualificação, mas como oportunidade de adentrar o mercado de trabalho e renda, haja vista a proposta do curso de educação em serviço, e ingressei no mestrado ainda no mesmo ano de conclusão da especialização. Minha formação se dá, então, numa conjunção entre a mercantilização e privatização do ensino, com uma expansão universitária que, mesmo no setor público, tende a favorecer a iniciativa privada. Mas, por outro lado, em termos da formação e do trabalho em Serviço Social esse contexto significa a constituição de um contingente profissional mais diversificado, mais precarizado e oriundo dos extratos da classe trabalhadora, bem como a presença de

[...] grandes transformações nos mecanismos de formação, não só acadêmica, mas política, uma vez que as assistentes sociais estão presentes, como sujeitas políticas, em múltiplos espaços de participação, como o movimento feminista, o movimento negro etc. (DELGADO e RAMOS DO CARMO, 2018, p. 12).

Com isso quero dar relevo ao fato de que, se por um lado, essa minha experiência acadêmica representa certos limites em relação a um dos mais importantes legados profissionais do Serviço Social brasileiro, qual seja, o acesso ao pensamento marxiano, de uma forma mais aprofundada e continuada, ela foi uma formação marcada pela análise marxista da realidade. E nesse sentido, no Serviço Social, esse caminho tem redundado numa deficiência de trato das questões raciais e de gênero, mesmo havendo na própria intelectualidade negra brasileira autores marxistas que debatem raça, bem como marxistas feministas.

Por outro lado, essa experiência de formação pessoal e profissional se deu em um contexto em que, como eu, as estudantes e profissionais integram um ambiente cultural e político em que a crítica social se faz por múltiplas formas e a partir de questões que não pautam apenas a identidade de classe, mas várias outras como sexualidade, gênero, raça e geração.

Assim, a vivência dessa experiência socioprofissional contribuiu para que, ao acessar a formação pós-graduada por meio do mestrado, uma das questões fundamentais para mim fosse, de alguma forma, equacionar teoricamente esses

elementos postos em minha experiência: como compreendermos o mundo em crise em que nos encontramos, buscando elementos na crítica marxista, dada sua importância fundamental para essa tarefa, mas, ao mesmo tempo, fazendo leituras de outras referências que se colocam como centrais na dinâmica intelectual e política do presente, especialmente as leituras feministas em seus vários matizes. Para mim e minha geração social e profissional, parece que esse diálogo é muito importante, pois, inserida numa cultura progressista e crítica, tal geração defronta-se com os limites teóricos e políticos de alguns caminhos percorridos por essa cultura no século XX e tem como tarefa histórica recriá-la por meio de novos diálogos e sínteses. E hoje essa recriação passa necessariamente pelo diálogo com os grupos que, na história do capitalismo, estiveram do lado avesso das formas de poder que esse sistema universalizou: as mulheres, os negros, os povos originários, as sexualidades e corpos dissidentes, os velhos, dentre outras. Esses grupos expressam com contundência o custo humano que o capitalismo representa hoje, bem como, acredito, é por meio do diálogo com eles que podem ressurgir nossas energias emancipatórias.

Uma das questões centrais desse trabalho nasce, justamente, de um tema que tem lastro no feminismo e estudos de gênero e que faz parte das reivindicações das mulheres no espaço público e privado: a responsabilização exclusiva das mulheres pelo trabalho doméstico e pelas funções do cuidado, ou seja, pela reprodução social, para usar um termo adotado pelas feministas marxistas.

Mas minha escolha se especificou no diálogo com as mulheres mais velhas, trabalhadoras, envolvidas em relações mediadas pela prática do cuidado. Por quê? Uma possível resposta me vem do trabalho de Delgado (2007) para quem o desafio das pessoas velhas na contemporaneidade é continuarem sendo contemporâneas de um tempo que trouxe uma gama profunda de transformações, não só em seu mundo pessoal, mas no mundo social em que nasceram, trabalharam, casaram e projetaram o seu legado intergeracional. Isso, continua a autora, num momento em que envelhecer aparece, na cultura, como uma possibilidade que podemos manipular individualmente por meio de uma série de dispositivos materiais e simbólicos, bem como as pessoas mais velhas, especialmente as mulheres, passam

a se destacar como importantes agentes de cuidado e provisão para seus grupos domésticos e familiares, não raras vezes, um grupo multigeracional.

O último censo demográfico apontou que 12,3% dos domicílios particulares continham três gerações co-residentes, apresentando 5,9 moradores por domicílios intergeracionais, e 0,5% continham quatro gerações co-residentes, perfazendo um total de 12,8% de domicílios multigeracionais. Destes, 10,5% eram de responsabilidade financeira das pessoas idosas, ou seja, eram por elas chefiados. Corroborando com esses dados catalogados no último censo de 2010, o portal G1 divulgou pesquisa elaborada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) no ano de 2018, a qual mostrou que 9 em cada 10 idosos, ou seja, 91%, contribuem financeiramente com o orçamento familiar, sendo que destes, 43% são os responsáveis pelo sustento da casa. Ainda segundo o SPC, 34% dos consultados recebiam algum tipo de custeio. Este percentual sobe para 40% entre as mulheres, com a renda, em maior parte, de pensão por falecimento do cônjuge (15%) ou de familiares (15%).

Então, para a autora, analisar o mundo pelas lentes da velhice é adentrar a temporalidade profunda da sociedade, percebendo rupturas, mudanças, sempre a partir desse lugar de uma resistência contra o desaparecimento, mas também contra a perda da experiência construída no tempo, juvenalizando-se.

A velhice nos ajuda a entender, então, a temporalidade como categoria que também é cultural e histórica e permeada por dispositivos de poder. É um exercício social e político definir o que é velho e o que é novo numa sociedade, o que é o bem envelhecer e o mal envelhecer. Nessa sociedade, velhice é ser não contemporâneo, é estar no passado, é ser peça de museu, é ser improdutivo e feio. Esse tempo/espço ocupado pela velhice é um dos mais desprivilegiados pela sociedade moderno-capitalista e hoje, sob a lógica neoliberal, esse é também um tempo/espço que explora e expropria a velhice, que lhe nega cuidado e espolia seus poucos direitos adquiridos.

Contudo, diferentemente dos outros grupos sociais que mencionei anteriormente – cujo lugar de onde falam é fundamental para a crítica ao sistema capitalista e, por isso, eles têm forjado as mais radicais críticas e movimentos contra

esse sistema – o movimento das pessoas mais velhas não consegue a visibilidade dos demais. A velhice e as questões que ela traz, inclusive a do cuidado, ainda são naturalizadas e recebem um trato familista e privado. Com isso, a velhice contemporânea revela traços duros desses tempos de barbárie: a velhice isolada e vigiada dos abrigos, a velhice interdita no interior das disputas familiares, a velhice sem cuidado, a velhice cuidadora, mesmo com poucos recursos, a velhice nas ruas, dentre tantas outras.

Recentemente, esta realidade tornou-se ainda mais latente. Vivemos um período pandêmico em que o isolamento foi a máxima para o resguardo de vidas; junto com ele se acirrou a total ausência dos serviços públicos, já conhecida pelas camadas empobrecidas da população, mas escancarada pelas demandas que surgiram em função da necessidade de parar. Foi quando todos nós, sem exceção, descobrimos o quanto o cuidado importa.

Alguns, apesar da dificuldade inicial, tiveram que lidar com a realidade de se auto cuidar por bem pouco tempo. Esses foram os setores mais privilegiados da sociedade, que não viram problema em manter em suas casas as empregadas domésticas que precisaram arriscar-se cotidianamente em transportes públicos lotados, ou mesmo abdicarem do cuidado de suas próprias famílias e aceitaram, sem possibilidade de escolha, permanecer ininterruptamente no ambiente de trabalho para não perderem o emprego – lembremos de uma das primeiras mortes por Covid-19 no Brasil: uma empregada doméstica idosa, constrangida a permanecer trabalhando na casa dos patrões que acabavam de voltar da Itália, epicentro da doença naquele momento.

Outros, mais sensíveis, mais ainda compondo os setores médios, descobriram que não ter alguém presente para dar conta das atividades mais básicas de uma casa, pesa no cotidiano. Aqui, muitas famílias, mas vale dizer bem mais muitas mulheres, às quais foram dadas a prerrogativa do home office, desdobraram-se em duas ou três, pois já não tinham mais como terceirizar esse trabalho. Ainda têm aqueles trabalhadores e trabalhadoras da chamada linha de frente, que cotidianamente ao longo de dois anos, continuaram cuidando – profissionais de

saúde, de segurança, limpeza, do transporte e setor alimentício e farmacêutico – e tiveram que se afastar dos seus para não os pôr em risco.

E, por fim, engrossando uma numerosa fila, aquelas que mal conseguiam manter-se distante dos seus depois de um dia de trabalho, porque as condições precárias de moradia não lhes permitiam; aquelas que precisaram deixar os seus filhos aos cuidados das avós, as quais necessitariam permanecer em isolamento por serem um dos grupos mais vulneráveis, mas não tinham alternativa, pois eram quem precisavam dar suporte para a manutenção de níveis mínimos de dignidade ou, ainda, sobreviverem mês a mês com o parco auxílio emergencial que por si só já promovia aglomeração suficiente e desumanizações difíceis de mensurar.

Como solucionar essa equação tão complexa e desequilibrada quando, no fim, só resta a família para suprir as faltas e para promover o mínimo de bem-estar? Afirmar que foi privilégio de quem pôde obedecer ao “fique em casa” ou cobrar respostas públicas de quem deveria, sobretudo em momentos como este, garantir a manutenção e sobrevivência dos mais vulneráveis que há longos meses não conseguiram – literalmente – respirar?

Alguns desses cenários foram por mim conhecidos, na medida em que as requisições familiares por cuidados relativos à saúde se fizeram necessários, a ponto de – ainda que me reconhecendo numa zona, atualmente, muito mais facilitada que para diversas pessoas, dada as condições materiais e objetivas – também precisar escolher entre a produção acadêmica, a realização das atividades laborais (e domésticas) e o suporte emocional ao meu próprio núcleo familiar que também passou a estar exposto pela necessidade de cuidados de diversas outras pessoas.

A relevância de situar esse processo é porque a produção acadêmica não está dissociada dos demais movimentos da vida, ao contrário, se entrecruza com ela, e é desse lugar que falo, do lugar que passou a guardar similitude com a realidade pesquisada, quase que me colocando como sujeita da própria pesquisa, não como responsável apenas por captar os dados dela e enxergar algum outro como “objeto”, mas sim como parte de um campo que foi/é a minha própria realidade.

1.2 CONSTRUINDO PERSPECTIVAS: A ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Em termos teórico-metodológicos, o esforço presente nesse trabalho integra um exercício desafiador e necessário.

Importante ressaltar que método e procedimentos metodológicos não se equivalem, sendo o primeiro, em linhas gerais, a apreensão e modos específicos de leitura do real e do concreto, enquanto o segundo diz respeito aos procedimentos a serem utilizados na trajetória da investigação, ambos, entretanto, guardando a similitude de não se constituírem de neutralidade, uma vez que suas escolhas apontam intencionalidades (PONTES, 2009).

Nesse sentido, a partir da identificação com a tradição marxista o método aqui adotado será o materialista-histórico-dialético, com vistas a desenvolver a capacidade de apreensão do movimento contraditório da realidade na qual esteja presente uma perspectiva de totalidade, fundamentada em análises concretas de situações históricas concretas, sendo história aqui entendida

[...] não como a sucessão dos fatos, mas como luta cotidiana dos homens e mulheres para produzir suas condições materiais de existência na relação com a natureza, mediada pelo trabalho, bem como o modo como os seres humanos interpretam essas relações [...]. (ZAGO, 2013, p. 115).

Considerando que tal abordagem possibilita a apreensão do campo da singularidade, ou seja, daquilo que é mais imediato e aparente, de uma forma crítica e reflexiva, para então ser sintonizado com a universalidade a partir de mediações (particularidades), toma-se como adequada para realizar o exercício de negar o fenomênico como verdade inquestionável e possibilitar aproximações sucessivas com o real.

Não é do escopo desse trabalho desenvolver um debate sobre a questão do método, mas penso que vale dar algum destaque à importância da ênfase na dialética nessa dissertação. Nesse sentido, recorro a Vladimir Safatle em seu livro

Dar corpo ao impossível (SAFATLE, 2019) para quem a dialética, a partir do século XIX, é uma potência de crítica e sua retomada radical, hoje, é fundamental para que possamos reinserir no debate político e teórico, a ideia de que aquilo que no presente parece impossível, tanto do ponto de vista prático quanto no que toca ao pensamento, pode vir a ser possível, pode vir a existir se deixarmos emergir as contradições imanentes à realidade. Assim, a dialética é importante pois aponta para o fato de que as contradições a que chegamos em nossa situação presente, quer em nossas formas de pensar ou de viver em sociedade, contêm germes do novo que, contudo, não conseguem emergir no esquema atual de nossas relações e regimes de pensamento. Assim, para “dar corpo ao impossível” precisaríamos ampliar nosso horizonte analítico e político, construindo novas sínteses dialéticas que rompam com a positividade do presente.

Retomo brevemente essa ideia, que se nutre de um diálogo do autor com a obra de Theodor Adorno, pois meu trabalho busca estudar um momento de profunda crise e tensionamento das estruturas sociais do capitalismo mundializado e, pois, das formas de pensar aí desenvolvidas, inclusive as formas críticas a essas estruturas. Do mesmo modo, nesse estudo, tento enfrentar teoricamente esses tensionamentos fazendo dialogar a perspectiva marxista com as questões que o pensamento feminista, negro, materialista e da reprodução social colocam, a partir do século XX-XXI, a essa importante tradição crítica.

Assim, penso ser importante, nesse trabalho de construção teórica, nutrir a perspectiva dialética de acordo com o que foi brevemente exposto, a fim de “dar corpo” a uma síntese teórica que consiga resgatar o movimento vivo e dialético do próprio real e o movimento do pensar que é feito de negação e de novas sínteses.

Aqui, o debate será organizado em dois momentos centrais: a) por meio de um estudo teórico que buscará investigar as possíveis articulações entre determinadas análises marxistas e as múltiplas categorias que expressam a diversidade humana em sua organização social, cultural e política, especialmente raça, classe, gênero e geração. Esse estudo teórico terá como eixo o desvelamento de questões fundamentais da sociedade brasileira contemporânea, sobretudo o neoliberalismo, a proteção social, o cuidado, a velhice e as relações intergeracionais, sempre a partir

de uma perspectiva feminista e do diálogo com os estudos de gênero; b) num segundo momento, que não é posterior ao primeiro, mas se mescla a ele em cada parte do trabalho, buscarei fornecer dados concretos sobre o tema, oriundos de pesquisas empíricas e de fontes secundárias. Nesse ínterim, tentarei me aproximar de elementos que me permitam perceber mais concretamente as possíveis faces da velhice dessas mulheres envolvidas em trocas de cuidado com outras gerações, às vezes repletas de afeto e em outras, cheias de violência e precariedade.

Nos últimos anos, o acervo teórico e a produção de conhecimento no campo do serviço social tem crescido e se qualificado, não só no âmbito das pesquisas dentro das universidades, encampadas pelos cursos de graduação e pós-graduação, mas também a partir das investigações, reflexões e produções realizadas nos diversos espaços socio-ocupacionais a partir da intervenção no cotidiano, que também engendram uma sistematização do conhecimento que tem como ponto de partida a análise crítica das múltiplas manifestações da questão social.

Isto denota não só a indissociabilidade entre teoria e prática, mas também a relação direta entre investigação e intervenção e, além disso, a relevância de se demarcar que não se deve sobrepor os conhecimentos, tomando como prioridade aquilo que é produzido no ambiente acadêmico e secundarizando produções realizadas a partir das experiências cotidianas, pois se os conhecimentos guardam alguma distinção, elas têm a ver menos com hierarquia do que com natureza.

Nestes tempos, faz-se imprescindível pensar as diferentes configurações que assumem as relações sociais estabelecidas pelo capitalismo, suas formas e dispositivos de exploração, dominação e opressão, os quais se mostram opacos e passíveis de desvendamento, a fim de se compreender os movimentos da história. Conforme Diniz:

O real é opaco, necessário de adensamento analítico; é preciso adentrar na análise das dobraduras do cotidiano das classes para se entender os processos estruturantes da vida social; refletir sobre as sociabilidades como expressão de relações, processos e de estruturas do modo capitalista de produzir ideias e riquezas. (DINIZ, 2019, p. 53).

Nessa perspectiva, é necessário empreender articulações entre indivíduos, grupos, classes, com o contexto social para tentar apreender as relações e processos que constituem a realidade social, a fim de possibilitar a compreensão das particularidades e mediações, o que torna a escolha dos objetos não uma aleatoriedade, mas uma opção cravada na história, a qual será acompanhada de uma reflexão mais filosófica sobre um método de análise.

Em relação especificamente à pesquisa de dissertação, aquela conjuntura também colocou condicionantes. Se a pandemia reforçou a atualidade e a pertinência de se estudar o cuidado, ela também me afastou de meu projeto inicial, que previa uma pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas com mulheres envolvidas em dinâmicas de cuidado.

E essa foi mais uma faceta imposta pelo momento vivenciado, com o impedimento da saída a campo, a impossibilidade de estabelecer contato com as pessoas, sobretudo as mais idosas, que eram justamente aquelas que não podiam se expor. Do mesmo modo, os mais velhos eram o público que, na era em que as lives e as ferramentas de tecnologia da informação foram praticamente a única possibilidade de manutenção de experiências dialógicas, encontraria dificuldade de se comunicar dessa forma, tanto pela ausência material de dispositivos e conexão, como por possíveis inabilidades com as ferramentas.

Logo, passou a ser urgente, com o passar dos meses e a continuidade e agravamento do contexto pandêmico, a necessidade de rever os caminhos da pesquisa. Nesse processo de revisão e de busca de novos caminhos, foi necessário migrar para um estudo baseado exclusivamente em fontes teóricas, mas que me permitisse também obter dados concretos sobre a realidade pesquisada.

O primeiro encaminhamento nesse sentido foi a tentativa de fazer um levantamento bibliográfico em bases de dados de periódicos das ciências sociais, com o objetivo de recolher possíveis trabalhos que abordassem essa temática e que se baseassem em pesquisa de campo, informada por referencial feminista e pelos debates de gênero. Assim, foram feitas buscas nos seguintes periódicos: Serviço Social em Revista; Katálysis; Ser Social; Textos e Contextos; O Social em questão; Educação em foco; Instrumento; Ciências Sociais Unisinos; Desigualdade e

Diversidade; Serviço Social e Realidade; Serviço Social e Sociedade; Serviço Social em Revista; Textos e Contextos; Barbarói; Cadernos de Pesquisa; Horizontes Antropológicos; Argumentum; Ciência e Cultura; Em pauta; Emancipação; Revista de Políticas Públicas; Intersaberes; Cadernos de Ciências Sociais; Intervenção Social; Caderno de Campo: revista de ciências sociais.

Em cada um deles foram utilizados descritores, tanto isolados quanto de forma conjugada, a exemplo de: cuidado; cuidado e gênero; cuidado e relações familiares; cuidado e relações intergeracionais; trabalho de cuidado; trabalho doméstico; divisão sexual do trabalho; intergeracionalidade; gênero; envelhecimento. Por meio da leitura dos resumos dos textos encontrados, percebi que alguns deles, em alguma medida, dialogavam com a temática aqui abordada, porém também eram pesquisas estritamente teóricas, razão pela qual não foram selecionadas.

As poucas pesquisas de campo que surgiram centravam-se em discussões sobre serviços que poderiam facilitar as dinâmicas das relações de cuidado. Sobretudo, eram trabalhos em que a abordagem não partiu da problematização posta pelos estudos sobre as relações de gênero em intersecção com os debates sobre as gerações na sociedade.

Assim, diante da necessidade de dar mais concretude à discussão, abandonei a busca aleatória de dados em plataformas de artigos científicos e me voltei para as produções do próprio grupo de pesquisa que participo, o Grupo de Pesquisa “Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social” (UFBA-CNPq), o qual aglutina pesquisadoras que, na graduação e pós-graduação, têm investigado a realidade das dinâmicas das relações familiares e dos grupos de trabalhadores e trabalhadoras em suas diversas faces – enquanto usuários/as de serviços públicos de Saúde e Assistência Social, as dinâmicas que se estabelecem entre o sujeito que precisa de cuidado e o indivíduo que o presta, além do papel e participação do Estado na mediação de tais relações.

Assim, foram analisadas pesquisas empíricas que tiveram como campo de análise grupos familiares intergeracionais, a fim de verificar quais elementos, categorias e matrizes teóricas essas pesquisas se utilizaram para tecer suas considerações no que tange à observação aos determinantes de classe, raça e

gênero e geração; quais tendências têm sido apontadas no que se refere à materialização do cuidado promovido pelas famílias e, em especial, pelas mulheres; e em que medida os indivíduos responsáveis por esse cuidado são alcançados pelas políticas públicas e pelo sistema de proteção social, avaliando, ainda, os impactos que isso tem causado em suas trajetórias de vida. Ademais, foram observadas as tendências que os referidos estudos vêm apontando, a fim de não só identificar possíveis lacunas, mas indicar elementos analíticos que evidenciem novos pontos para discussão e aprofundamento.

Falando do instrumental da pesquisa, é importante marcar que esse trabalho não contará com uma pesquisa de campo pelas razões já mencionadas. Desse modo, todo o trabalho será feito com base em fontes bibliográficas, sendo, pois, uma pesquisa bibliográfica. Gil (2002, p. 44) afirma que a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” e “embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”.

Em termos da exposição dos resultados do estudo, para além desse momento introdutório, a dissertação é composta de mais três partes, a saber: no primeiro capítulo intenta-se mostrar como a racionalidade neoliberal, enquanto resposta à crise estrutural do capitalismo, imprime um determinado desenho para as políticas sociais, por meio do qual elas passam necessariamente a serem permeadas pela lógica de valorização do capital, e como isso reverbera na vida das famílias, modificando a forma como esta se organiza, se mantém e se reproduz. Para tanto, recorre-se a demonstração de um retrato sobre a realidade dos lares das famílias brasileiras, suas condições de vida e trabalho atravessadas por aspectos de classe, raça, gênero e geração e como o Estado financeiriza a vida dos trabalhadores, rebaixando o custo com a reprodução destes, usando, para tanto e sobretudo, o papel social de promotoras do cuidado atribuído historicamente às mulheres.

Para mostrar isso a escolha são os dados apontados pelas organizações e institutos de pesquisa, bem como a literatura sobre neoliberalismo e política pública, além das contribuições críticas dos feminismos e debates raciais para aprofundar a

discussão numa perspectiva da totalidade, o que implica em contextualizar a produção teórica, registrando suas potencialidades críticas e emancipatórias e suas contribuições à visão marxista, mas também seu limites e avanços em relação ao marxismo, em um diálogo suscitado pelo real.

O segundo capítulo terá o objetivo de apresentar o que está se chamando de cuidado dentro da referência mais clássica que é o debate francês sobre Divisão Sexual do Trabalho e o trabalho de cuidado enquanto uma estratégia implementada de reprodução social de baixo custo. Ademais, também adentrará na discussão acerca do processo de envelhecimento e seu posicionamento em famílias intergeracionais, problematizando suas nuances e dinâmicas.

Por fim, no terceiro capítulo, será feito o levantamento de pesquisas empíricas realizadas no campo das ciências sociais, mais especificamente do serviço social, que versem sobre as práticas e dinâmicas de cuidados, a fim de analisá-las à luz da literatura anteriormente trazida, identificando quais os seus avanços e limites no que diz respeito à utilização de categorias trabalhadas no âmbito do feminismo, quais matrizes teóricas acionam para realizar as análises e quais indícios apontam em termos de vantagens ou prejuízos para as trajetórias de vida dessas mulheres pelo fato de se verem comprometidas com os processos de reprodução próprios e de suas famílias.

2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O CUIDADO: FEMINISMOS E AS LUTAS DAS MULHERES

Historicamente as mulheres têm sido submetidas a condições de exploração e opressão e essa condição se torna constitutiva, sobretudo, no modo capitalista de produção, muito embora tal situação seja anterior a ele. Fato é que, tal como vêm apontando diversas estudiosas da área, não é possível superar essa condição de opressão dentro do sistema capitalista, apenas os seus efeitos podem ser sentidos de forma minorada e, ainda assim, por aquelas sujeitas que engrossam as fileiras dos grupos privilegiados por esse sistema.

Esta passou a ser, portanto, uma das visibilizações trazidas pelo movimento de mulheres e movimentos feministas a partir de década de 1970 que, atingidas sumariamente pelo contexto de crise econômica e social no qual adentrou o capitalismo, decidiram denunciar e problematizar a conjuntura a partir de suas vivências, experiências e acúmulo político e teórico ao longo dos anos.

Em que pese as diferentes posições dos grupos de mulheres empenhadas em trazer para a cena a condição específica à qual estavam submetidas, que envolvem uma diversidade de questões a serem consideradas – tal como a própria estrutura de classes, mas não só, também as especificidades de raça, etnia, sexualidade e posição geográfica – far-se-á o esforço de, neste trabalho, apresentar algumas das principais tendências teóricas que contribuíram para o debate sobre divisão sexual do trabalho, reprodução social e trabalho de cuidado. O foco central não será dado às divergências entre as correntes do feminismo, mas ao modo como elas se complementam, bem como ao caráter dialético de suas relações, isto é, ao fato de que, a despeito de em alguns momentos se negarem, concomitantemente mostram as potencialidades de cada uma, superando-se mutuamente.

Desta forma, a ideia aqui é tecer algumas das considerações de três campos do feminismo, os quais estiveram, de formas distintas, imbuídos na tarefa de mostrar o caráter destrutivo do capitalismo, sobretudo a partir da crise que se instaura na década de 1970, quais sejam, os de tendência materialista, marxista e negro que, ao fazê-lo, também iniciaram a importante empreitada de demonstrar os fundamentos

do feminismo, explicitando como os grupos ditos minoritários – de mulheres, mulheres racializadas e mulheres periféricas – têm sido a base e o canal de sustentação dessa sociedade por meio da apropriação de seus corpos, tempos e trabalhos.

Posicionadas temporal e espacialmente no que se convencionou denominar de segunda onda do feminismo – momento em que a luta das mulheres reivindica o reconhecimento de que os aspectos da vida social, embora tomados como pessoais e privados, estavam inteiramente atravessados por aspectos políticos, quando foram visibilizados sobretudo as ações e pensamentos de americanas e francesas, sendo importante, todavia, destacar as reflexões trazidas pelas mulheres negras e latino-americanas, por exemplo, que também estavam produzindo acerca de suas realidades e denunciando o colonialismo e a exploração – as feministas estavam em busca de elaborar novas proposições acerca da condição das mulheres que diferisse das análises dos setores mais tradicionais da esquerda, mas que considerasse, igualmente, o método de apreensão da realidade proposto pela teoria social crítica.

Um dos importantes campos quando se fala de um feminismo antissistêmico, que parte da realidade concreta e da abordagem materialista-histórico-dialética para análise da sociedade e da condição das mulheres, é aquele denominado de teoria do sistema dual, que vai congrega feministas materialistas e de orientação marxista.

Tal teoria parte do pressuposto de que tipos específicos de exploração e/ou opressão de classe, raça e gênero, são acionadas por sistemas que, embora relacionem-se entre si, são autônomos e independentes em seu funcionamento. É onde se situa parte significativa do debate sobre trabalho doméstico, emerso no final da década de 1960 e início dos anos 1970, do qual são figuras emblemáticas Margaret Benston, autora do artigo “*Economia política da libertação das mulheres*” (em tradução livre) de 1969, Dalla Costa, Selma James, Silvia Federici, dentre outras.

Dentro deste debate, as autoras abordam, entre outros pontos, questões fulcrais como: se esse trabalho seria produtivo ou improdutivo, ou seja, se ele produziria mais-valia, e se era constitutivo do capitalismo ou um modo de produção

autônomo e distinto (DALLA COSTA e JAMES, 1975). Ainda são tratados temas que versam sobre a importância da remuneração do trabalho doméstico desenvolvido gratuitamente pelas mulheres como forma de visibilizar a restrição das figuras femininas à esfera reprodutiva (FEDERICI, 2019), e se as mulheres poderiam ser consideradas enquanto uma classe social, debate desenvolvido, também, pelas feministas materialistas francófonas.

Nesse sentido, as feministas materialistas consideravam que, no capitalismo, a base do sistema de opressão e exploração das mulheres se dava por meio de sua subordinação no processo de divisão social do trabalho, ou seja, do lugar por elas ocupado, enquanto classe, no processo de produção, sendo uma das suas principais e pioneiras expoentes Christine Delphy. Para ela, o patriarcado organizava o processo de exploração das mulheres, apropriando-se gratuitamente do seu trabalho doméstico e criação dos filhos, o que constituiu um ponto importante para que se começasse a romper com a ideia de que trabalho e exploração seriam categorias ligadas exclusivamente a assalariamento, e o processo emancipatório relacionado apenas à superação da contradição entre capital e trabalho.

Constata-se a existência de dois modos de produção em nossa sociedade: a maioria das mercadorias é produzida no modo industrial; os serviços domésticos, a criação dos filhos e algumas mercadorias são produzidos no modo familiar. O primeiro dá lugar à exploração capitalista. O segundo, à exploração familiar, mais exatamente, patriarcal. (DELPHY, 2015, p. 111).

Nesse período, vão se expandir os debates acerca do trabalho doméstico, seu suposto caráter produtivo, a existência de um modo de produção patriarcal e a classe das mulheres, bem como a relação deles com o sistema capitalista.

[...] as categorias do marxismo eram indiferentes ao sexo e, apesar dos esforços das feministas-marxistas que clamavam pela unidade prática de ambas as análises, a reflexão feminista permanecia sempre subordinada à análise marxista (Hartmann, 1981). [...] Assim, [...], o melhor para entender a dinâmica entre essas relações seria a adoção conjunta de dois paradigmas de análise distintos e por vezes contraditórios: de um lado, o marxista para a descrição do capitalismo; de outro, o feminista para a compreensão do patriarcado

enquanto estrutura social e histórica autônoma. (FONSECA, 2019, p. 275).

De certa forma, tais perspectivas provocavam uma ruptura com as concepções que consideravam que a questão das mulheres poderia ser conjuntamente absorvida e solucionada pela extinção das classes e abolição da propriedade privada dos meios de produção; que defendiam que, portanto, estes deveriam ser os esforços, sob pena de se desvirtuar a luta da classe trabalhadora; que tentavam situar a permanência das mulheres em condição de subalternidade nas sociedades em que se conseguiu se aproximar do socialismo, por exemplo, como um problema de ordem meramente ideológica.

Outras autoras do feminismo materialista criticavam tal percepção, denunciando-a como perversa com as mulheres (Guillaumin, 1994), ao obscurecerem o caráter concreto dessas relações, as quais ao menos para efeito de análise deviam ser separadas das relações de classe, a fim de que se pudesse compreender que as mulheres estão sujeitas a tipos específicos de exploração e opressão, sem, contudo, desarticular tais relações do plano concreto.

Essas análises são consideradas como insuficientes também porque situam o ideológico e instituições sexistas somente no plano das mentalidades. Uma análise materialista deveria vincular “as mentalidades, as instituições, as leis sexistas às estruturas socioeconômicas que as sustentam” (QUESTIONS FÉMINISTES, 1977, p. 29). Essas estruturas formam um sistema específico em relação ao capitalismo: o patriarcado. O objetivo do feminismo é justamente denunciar esse sistema de opressão, as relações sociais que são a base dessa forma de organizar a sociedade, mostrando a possibilidade de superação dessas hierarquias. (ABREU, 2018, p. 8).

Deve-se creditar ao feminismo materialista as bases do debate sobre a desnaturalização das relações sociais de sexo, assim como o posicionamento do trabalho de reprodução social em uma outra perspectiva, dando novas formas ao pensamento crítico. Segundo Curiel e Falquet (2014):

O ponto central de seu pensamento radica em que nem os homens nem as mulheres são um grupo natural ou biológico, não possuem nenhuma essência específica nem identidade a defender e não se definem pela cultura, a tradição, a ideologia, nem pelos hormônios – mas pura e simplesmente por uma relação social [rapport], material, concreta e histórica (CURIEL e FALQUET, 2014, p. 15).

Pode-se, então, tomar como fundamental da relação entre feminismo e método materialista a percepção de múltipla determinação entre o material e o simbólico, uma vez que se passa a considerar as relações sociais de sexo como estruturantes, isto é, estão diretamente relacionadas à totalidade da vida social. Considera, ainda, que a exploração e dominação às quais as mulheres estão submetidas estão condicionadas para além de processos subjetivos e assentada sobre uma base concreta – a divisão sexual do trabalho, da qual também emergem fatores ideológicos.

O efeito ideológico não é, de forma alguma, uma categoria empírica autônoma, é a forma mental assumida por algumas relações sociais determinadas; o fato e o efeito ideológico são duas faces de um mesmo fenômeno. Uma face é a relação social em que os atores são reduzidos ao estado de unidade material apropriada (e não de simples portadores de força de trabalho). A outra, a face ideológico-discursiva, é a construção mental que faz desses mesmos atores elementos da natureza: “coisas” no próprio pensamento. (GUILLAUMIN, 2014, p. 31).

As feministas deste campo defendem que a divisão sexual do trabalho é a construção da ideia – a partir do processo de naturalização dos corpos e do sexo – de que existem atividades específicas a serem realizadas por homens e um outro grupo de atividades a serem realizadas por mulheres, estabelecendo-se a partir daí um sistema de hierarquização no qual as atribuições consideradas masculinas – produtivas – são superiores àquelas consideradas femininas, desqualificando e pondo à margem as atividades domésticas e as práticas de cuidado. É o que Danièle Kergoat classifica como princípios organizadores.

Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o *princípio de separação* (existem trabalhos de

homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço (KERGOAT, 2009, p. 1).

A partir de então, vai se tornando cada vez mais manifesto que as mulheres executam trabalhos gratuitos, para terceiras pessoas e em nome do suposto amor e dever que lhes é da natureza, trabalho este que lhes é atribuído exclusivamente; trabalho que dá base à reprodução social, mas segue invisibilizado dentro e fora dos núcleos familiares, seja no seu aspecto de “modo de produção doméstico”, como defendia Delphy (2015), ao estarem as mulheres submetidas aos maridos na produção biológica de seres humanos e gestão do lar, ou através da apropriação não só individual, mas também coletiva dos seus corpos e tempos (Guillaumin, 2014); (Ávila *et. al.*, 2014).

Para Guillaumin (2014), essas relações que se estabelecem não são resultados apenas das dinâmicas exploratórias do sistema capitalista, mas é preciso distinguir as especificidades que recaem sobre as mulheres, fazendo articulações entre opressões de classe e sexo, assim como também de raça.

Também Hirata (2002), ao tratar das metamorfoses que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e as interfaces de gênero que o atravessam, vai elucidar acerca das divergências que podem existir na discussão acerca da divisão sexual do trabalho, dividindo-as, basicamente, em duas vertentes, a saber: uma que se circunscreve na conciliação e de uma conjecturada igualdade de posição entre homens e mulheres – amplamente difundida – e outra que situa o debate no campo dos antagonismos das relações sociais, das relações de poder e dominação, que considera a divisão sexual do trabalho um aspecto de sua divisão social.

Em sociologia, existem inúmeras explicações da divisão sexual do trabalho e nem sempre são mutuamente exclusivas. [...] Entretanto, pode-se considerar que, hoje, duas grandes teorias da divisão sexual do trabalho se opõem e divergem. A primeira remete mais a uma conceitualização em termos de “vínculo social”, por meio de seus conteúdos conceituais (solidariedade orgânica, complementaridade, conciliação, parceria, especialização e divisão dos papéis). A segunda remete mais a uma conceitualização em termos de “relação

social” (divisão do trabalho, contradição, antagonismo, oposição, dominação, opressão, poder) e a uma teoria geral das relações sociais. (HIRATA, 2002, p. 279).

Vê-se, então, uma imbricação dos conceitos, os quais não podem ser analisados isoladamente, sob pena de se perder a perspectiva da totalidade em que atuam os sistemas de exploração/dominação. É importante, entretanto, fazer a ressalva de que, a despeito desta indissociabilidade, também não é plausível considerar que as relações sociais de classe e as explorações que promovem são ou estão hierarquicamente acima das – tanto quanto – desiguais relações de sexo/gênero, onde se situa a divisão sexual do trabalho.

Tais estruturas são, antes, consubstanciais e coextensivas, ou seja, se inter-relacionam e se sobrepõem aos indivíduos num movimento totalitário que conforma as contradições e antagonismos existentes na realidade social (Kergoat, 2010), fazendo com que cada sujeito tenha uma experiência diferente no processo de estabelecimento das relações sociais e, claro, no mundo do trabalho, onde o estatuto de classe, gênero e raça – sobretudo se pensarmos, por exemplo, a formação da sociedade brasileira e do seu mercado de trabalho, análises que não podem abdicar de inserir a discussão das relações étnico-raciais – influirão, historicamente, em como vivenciam as desigualdades.

Nesse sentido, outra importante vertente que vai se estabelecendo no campo dos estudos feministas é aquele identificado como teoria do sistema unitário, que também vai aglutinar estudiosas de orientação marxista, mas também feministas negras, que passam a considerar os diversos eixos estruturantes da sociedade para explicar sua conformação.

Cinzia Arruzza, uma das teóricas que se alia à vertente da teoria unitária, posteriormente consolidada como Teoria da Reprodução Social, dedica-se – em artigo destinado a discutir as relações entre capitalismo e patriarcado (2015) – a trazer algumas importantes diferenciações entre aquelas duas perspectivas.

A autora coloca como algumas feministas, a exemplo de Christine Delphy (1977), teorizaram sobre o patriarcado enquanto um modo de produção e as

mulheres donas de casa como uma classe no sentido econômico, pensamento endossado ainda por Heide Hartman (1979).

Para a autora, as categorias do marxismo eram indiferentes ao sexo e, apesar dos esforços das feministas-marxistas que clamavam pela unidade prática de ambas as análises, a reflexão feminista permanecia sempre subordinada à análise marxista (Hartmann, 1981). [...] Assim, [...], o melhor para entender a dinâmica entre essas relações seria a adoção conjunta de dois paradigmas de análise distintos e por vezes contraditórios: de um lado, o marxista para a descrição do capitalismo; de outro, o feminista para a compreensão do patriarcado enquanto estrutura social e histórica autônoma. (FONSECA, 2019, p. 275).

Tais teses passaram a ser denominada de Teoria dos Sistemas Duplos (ou, ainda, Triplos, quando em alguma medida consideram inserir nas análises a noção de racismo como mais um sistema autônomo), constituindo-se em relações materiais e culturais que promovem a exploração e a dominação das mulheres pelos homens, através de uma lógica própria e que estabelece com o capitalismo uma relação de continuidade.

Partindo de uma análise marxista do que seria tomado por exploração no âmbito de discussão das classes, seria um processo de expropriar o trabalho excedente realizado, para maximizar os lucros em prol de um pequeno grupo dominante de pessoas, o que consiste basicamente na extração de mais-valia do trabalhador em benefício do capitalista, residindo aí a essência para existência do capital.

Portanto, estabelecer relações análogas ao se analisar o patriarcado, por exemplo, implicaria dizer que existe uma classe expropriadora e outra expropriada que se traduziriam, decerto, como os homens e as mulheres, respectivamente. Deste modo, afirma Arruzza:

[...] se definirmos homens e mulheres (em uma versão ou outra) como duas classes – uma dos exploradores, e uma dos explorados – inevitavelmente chegaremos à conclusão que existe um antagonismo irreconciliável entre classes cujos interesses estão em contradição recíproca. (ARRUZZA, 2015, p. 41).

O problemático dessa afirmação seria o fato de que, na prática, não há o processo de apropriação de um trabalho excedente. Está claro que os homens se privilegiam, sim, do modo como os papéis sociais são distribuídos, intentando assim manter esses padrões, contudo não haveria nenhuma espécie de prejuízo estrutural para eles caso esse tipo de trabalho na esfera da reprodução fosse assumido, por exemplo, pelo Estado, ou se se estabelecessem partilhas mais equitativas no seu processo de realização, portanto não há interesses antagônicos que os coloquem em polos distintos, tal qual ocorre na relação capital-trabalho, ao socializar os meios de produção ou o produto do trabalho.

Uma segunda questão posta por Arruzza diz respeito, justamente, ao fato de a teoria dos sistemas duais considerar o patriarcado como um sistema independente, uma vez que, se assim fosse, as razões para sua permanência ou, ao contrário, supressão, seriam encontradas dentro dele próprio, do mesmo modo como seria de mais fácil identificação o que o faz subsistir.

Quando as relações patriarcais desempenham um papel direto na organização das relações de produção (quem produz e como, quem se apropria, como a reprodução destas condições de produção é organizada) é mais simples identificar a força motriz do sistema patriarcal. Este é o caso das sociedades agrárias, por exemplo, nas quais a família patriarcal diretamente forma a unidade da produção com os meios de subsistência. No entanto, isso é mais complicado nas sociedades capitalistas, nas quais as relações patriarcais não organizam diretamente a produção, mas desempenham um papel na divisão do trabalho, e a família é relegada à esfera privada de reprodução. (ARRUZZA, 2015, p. 43).

Uma das hipóteses para a palatabilidade desta interpretação é justamente o fato de ela vincular-se mais à aparência, não como uma falsa consciência, bem porque não significa dizer que a vertente em questão não traga pressupostos importantes e válidos, mas sim que pode incorrer num processo mais fragmentado da realidade. A autora segue:

A objeção mais comum tem a ver com a dimensão histórica: como afirmar que o patriarcado não é um sistema independente quando a

opressão das mulheres existe antes da sociedade capitalista? Porém, dizer que dentro da sociedade capitalista a opressão das mulheres e as relações de poder são consequências necessárias do capitalismo, e que esse fenômeno não tem sua própria lógica independente, não significa apoiar o argumento absurdo de que a opressão de gênero se origina com o capitalismo. O que está sendo defendido aqui é um argumento diferente, ligado às características particulares do capitalismo. Sociedades nas quais o capitalismo suplantou o precedente modo de produção são caracterizadas por uma transformação profunda e radical da família (ARRUZZA, 2015, p. 45).

Este processo se deu, sobretudo, com as transformações empreendidas a partir das diferentes formas que o capitalismo foi se estabelecendo ao redor do mundo, com mudanças nos padrões de produtividade, provisão por parte das famílias e a separação entre o local da produção e as atividades de reprodução do núcleo familiar.

E, na medida em que essas relações se alteram, a dominação exercida no que tange ao gênero também deixa de possuir uma lógica própria e passa a atender a essa nova organização social, por isso nega-se a ideia do patriarcado como algo desprovido de historicidade. Basta pensar nas sociedades onde a opressão de gênero foi imposta, por exemplo, pelo colonialismo. Em sua obra "*Mulheres, raça e classe*", Davis (2016) ressalta como a destruição das famílias afro-americanas fez com que as mulheres negras sofressem severas opressões por parte dos senhores brancos e não dos seus companheiros.

É precisamente por isto, que ainda na década de 1970, grupos de mulheres negras norte-americanas passam a reivindicar a articulação das categorias de raça, classe, gênero e sexualidade. Em 1974, fundaram um coletivo de mulheres negras, socialistas e lésbicas, chamado Combahee River, lançado através de um manifesto que assim dispunha:

Foi nossa experiência e desilusão com estes movimentos de liberação, assim como a experiência na periferia da esquerda dos homens brancos que nos levou à necessidade de desenvolver uma política que era antirracista, diferente daquela das mulheres brancas, e antissexista, diferente daquela dos homens negros e brancos (THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1979).

Esse grupo articulava a militância com questões de ordem acadêmica, que figuravam não apenas no campo do feminismo, cujas provocações foram muito importantes no sentido de visibilizar as suas causas e romper com a ideia universal de mulher e do chamado feminismo branco (hooks, 2019; LORDE, 2007), mas também com relação ao projeto de sociedade que defendiam.

No Brasil, Lélia González configurou-se como um dos maiores nomes do feminismo negro a defender que a análise da sociedade brasileira não poderia prescindir de articular raça, classe e gênero, reservando o devido destaque à questão racial, dada a forte marca colonial de nossa história, demonstrando como este marcador é parte fundamental em análises acerca do trabalho.

[...] é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviço, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (GONZÁLEZ, 1984, p. 231).

Pensamentos estes, como o de Davis, González, Audre Lorde e bell hooks antecederam a interseccionalidade enquanto conceito proposto por Kimberlé Crenshaw na virada dos anos 1980 para 1990, que surge para evidenciar situações específicas que o cruzamento dos eixos de classe, raça, gênero, sexualidade, geração, dentre outros, provocam.

[...] tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias (CRENSHAW, 2002, p. 177).

O uso, entretanto, quase que indiscriminado do termo, fez surgir críticas a respeito de poder ter se tornado uma espécie de guarda-chuva sob o qual toda e

qualquer pesquisa que precisasse demonstrar análises consideradas mais completas, ou mesmo camuflar determinados conflitos, recorreriam (HIRATA, 2014; PISCITELLI, 2008).

A despeito de a própria Crenshaw haver afirmado a despreensão de tornar a interseccionalidade uma teoria, sendo antes uma metodologia a ser utilizada como ferramenta de análise, o seu uso passou a funcionar em muitos casos como uma resposta às reivindicações e demanda por diversidade, enquanto continuavam a não problematizar questões estruturais.

É preciso, contudo, ressaltar que, embora não se tenha a pretensão de elevar a interseccionalidade ao patamar de teoria, ela enquanto conceito carrega consigo categorias de grande importância (classe, raça, gênero), as quais podem apresentar robusto potencial analítico se analisadas a partir de matriz teórica que privilegie a totalidade.

Nessa perspectiva, Lise Vogel foi uma das principais expoentes no sentido de rearticular a noção entre feminismo e marxismo, ressaltando a potencialidade que pode apresentar uma análise sobre reprodução atrelada ao pensamento interseccional, tendo como papel “focar nas especificidades de cada dimensão [raça, gênero, classe etc.] e desenvolver um entendimento de como tudo se encaixa – ou não. Desse processo, viria uma lente, ou talvez diversas lentes, com as quais analisar dados empíricos” (VOGEL apud BHATTACHARYA, 2017, p. 12).

A partir dos anos 1980, as feministas marxistas, a despeito de tachadas de deterministas e economicistas, buscaram superar aquela perspectiva dos sistemas duais propondo uma teoria unitária, considerando, para tanto, o trabalho exercido na esfera do mercado e o trabalho dispensado na esfera privada de produção e reprodução das pessoas, como parte de um sistema totalitário, tornando mais ampla e complexa a discussão acerca da categoria trabalho, conformando o campo da chamada Teoria da Reprodução Social.

Embora, quando surgiu, as feministas corriqueiramente tenham privilegiado o binômio classe-gênero em detrimento de outras categorias (FERGUSON, 2017) como raça e sexualidade, com o passar dos anos e a persistência em compreender de forma dialética e histórica a realidade – e o aprofundamento a partir de outras

autoras no campo, ainda que diverso, onde é expoente os trabalhos de Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser, Cinzia Arruzza, Silvia Federici, dentre outras – vão ganhando força as análises voltadas para a defesa de um feminismo que engloba indivíduos que carregam em seus corpos essas marcas.

O chamado feminismo dos 99%, daquelas que vivenciam a exploração e opressão promovida pelo sistema capitalista que não é abstrato, pois “capitalismo como uma simples abstração não existe ‘realmente’. Há apenas o capitalismo racializado, patriarcal, no qual a classe é concebida como uma unidade de relações diversas que produzem não apenas lucro ou capital, mas o capitalismo” (FERGUSON, 2017, p.23).

Ademais, a Teoria da Reprodução Social também refina a própria discussão acerca da categoria trabalho, que é central para compreender como as relações de gênero e raça, sobretudo quando pensamos no contexto brasileiro, se manifestam e interagem.

Importante destacar que ao falar de Reprodução Social se está referindo ao

[...] domínio mais específico da renovação e da manutenção da vida e das instituições e o trabalho necessário aí envolvido, incluindo a reprodução biológica da espécie, a reprodução da força de trabalho e a reprodução das necessidades de provisão e cuidado (ARRUZZA, 2017, p. 40-41).

Entende-se, portanto, que busca superar a noção de trabalho associado estritamente ao espaço público e esfera produtiva, voltado para o mercado, e retirar do processo de ocultação o trabalho familiar e comunitário, majoritariamente realizado pelas mulheres na esfera privada, que é essencial para o sistema.

A teoria da reprodução social mostra como a “produção de bens e serviços e a produção da vida fazem parte de um processo integrado”, como Meg Luxton coloca. Se a economia formal é o local de produção de bens e serviços, as pessoas que produzem tais coisas são, elas mesmas, produzidas fora do âmbito da economia formal a um custo bem baixo para o capital. (BHATTACHARYA, 2019, p. 103).

Tal perspectiva vem justamente demonstrar que qualquer intencionalidade que exista no sentido de fazer parecer que se as mulheres exercem esse tipo de trabalho fora do ambiente produtivo, então este último seria mesmo uma questão masculina, é porque ainda não se conseguiu apreender que quem compõe o conjunto de trabalhadores hoje já não é um operário, homem, branco, com uma caixa de ferramentas nas mãos.

Assim, qualquer discussão que se implemente acerca do mundo do trabalho, seja sobre salários, benefícios, condições laborais, dentre outras, é uma discussão que necessariamente precisará ser atravessada por questões de gênero, raça, etnicidade, sexualidade, geração. Mas esses processos, por outro lado, não findam no ambiente de trabalho externo, são questões que continuam a reverberar no ambiente doméstico, atingindo, modificando, facilitando ou obstaculizando o processo de reprodução social da classe trabalhadora.

Torna-se evidente, então, que a melhor forma de lutar pelos direitos das mulheres na esfera da produção é através de nossas organizações trabalhistas. Há alguns momentos verdadeiramente inspiradores na história do trabalho nos quais os sindicatos lutaram pelo direito ao aborto, salários iguais e contra a homofobia. Mas a classe trabalhadora não trabalha só no seu local de trabalho. Uma trabalhadora também dorme na sua casa, seus filhos brincam no parque público e frequentam a escola local e, às vezes, ela pede para sua mãe aposentada ajudar na cozinha. Em outras palavras, as principais funções da reprodução da classe trabalhadora têm lugar fora do local de trabalho. (BHATTACHARYA, 2019, p. 109).

É justamente por isso que o capitalismo avança no sentido de atacar e desmontar os serviços públicos, torná-los cada vez mais precários, empurrar a carga da responsabilidade dessa reprodução para as famílias, a fim de tornar essa classe trabalhadora – tão heterogênea – cada vez mais enfraquecida e fragmentada. E apenas “uma compreensão do capitalismo como um sistema integrado, [...] pode ajudar as lutadoras e lutadores a entender a importância das lutas políticas em ambas as esferas e a necessidade de unificá-las” (BHATTACHARYA, 2019, p. 110).

É nesse sentido que a Teoria da Reprodução Social coloca-se como alternativa para unir essas duas esferas e, ao mesmo tempo que avança na reivindicação de

melhores condições de trabalho, também reivindica melhores condições de reprodução, seja com escolas e serviços de saúde públicos, assistência social, segurança alimentar, contra a política repressiva do Estado que atinge as pessoas racializadas, unindo, desta forma, tradicionais lutas da classe trabalhadora com as lutas das mulheres que historicamente arcam com toda ordem de prejuízos atrelados a essa reprodução social de baixo custo imposta pelo Estado.

3 RACIONALIDADE NEOLIBERAL E POLÍTICA SOCIAL: UMA ANÁLISE FEMINISTA ACERCA DA PROTEÇÃO SOCIAL E DO CUIDADO

A crise que se abateu sobre o mundo desde a década de 1970 e que tem se agudizado nas décadas recentes, em certa medida colocou em questão a condução neoliberal da economia e das políticas. Logo, tal qual já ocorreu no passado, esperava-se que dentre as saídas apontadas estivessem, no mínimo, as reformas neodesenvolvimentistas que acentuassem a participação do Estado na gestão da vida social e das políticas sociais ou, quiçá, lutas mais profundas e revolucionárias. Apesar disso, ganhou força a adoção de práticas ao mesmo tempo ultraliberais, no que tange à condução dos aspectos socioeconômicos, bem como a paralela ofensiva do neoconservadorismo moralizante e um encolhimento das saídas emancipatórias.

Mas no bojo desse contexto social, ganhou força também a luta dos movimentos de mulheres e feministas, o qual expandiu-se por todo o mundo, tornando visíveis as suas pautas não só com relação à justiça de gênero, na luta por melhores empregos e salários, direitos sexuais e justiça reprodutiva e no combate à violência doméstica, mas também contra a violência perpetrada pelo Estado contra os seus companheiros e filhos – periféricos e negros em sua maioria –, contra a exploração que vivenciam no ambiente doméstico a partir dos seus trabalhos de cuidado não pagos, as lutas por serviços públicos de qualidade, dentre outras. (MORAES e ESQUENAZI, 2020).

Não é à toa que é este grupo de indivíduos, as mulheres em seus coletivos, organizações e comunidades, que tem sido um dos principais sujeitos de mobilização social na proposição de um novo modelo de política pública e conseqüentemente posto em xeque a ordem social vigente (ARRUZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019).

A causa para uma guinada tão grande e forte é justamente o fato de que o conjunto das mulheres trabalhadoras, é também o grupo mais atingido por esse contexto de crise que se alastra pelo mundo e que impõe uma agenda de cortes e perdas. Crise esta, que como bem caracterizou Mézaros (2002), por exemplo, não

recai apenas sobre as economias das maiores potências mundiais nem se restringe apenas à esfera econômica, antes, ela se espalha sobre diversas outras dimensões da vida social.

Esse contexto há décadas vem se abatendo sobre a vida das famílias, modificando a forma como esta se organiza, se mantém e se reproduz e, decerto, com o cada vez menor apoio por parte do Estado, que tende a se desresponsabilizar pela proteção social delas, têm acionado práticas de trocas materiais e subjetivas, as quais são geradoras de afetos, reciprocidades, conflitos, dependências e renúncias.

Um olhar sobre a realidade dos lares das famílias brasileiras, por exemplo, pode nos fornecer lentes para lermos as linhas que um cenário de desproteção social impõe e o porquê, mesmo com o avançar dos anos, continuam sendo as mulheres, sobretudo as negras, pobres e velhas – aspecto que tem crescido exponencialmente – a arcarem com as consequências da ausência do Estado e a oportuna utilização que o capitalismo faz dos seus tempos e trabalhos.

3.1 CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DAS FAMÍLIAS EM SEUS ASPECTOS DE GÊNERO, RAÇA E GERAÇÃO

Em todo o mundo ouve-se falar do desemprego estrutural que assola os países e os índices cada vez mais decrescentes são objetos de reflexão de estudos nas mais diversas áreas do conhecimento, assim como são alvo de pesquisas das várias instituições estatísticas e organizações ligadas ao trabalho.

Muitas discussões apontam as implicações da globalização e das políticas neoliberais que promovem a contínua precarização das condições de vida e trabalho (ANTUNES, 2002), fenômeno que se alastra tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. A condução da política econômica não tem sido capaz de produzir resultados satisfatórios para diminuição dessa realidade.

Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa de desemprego alcançou o número de 267 milhões entre a população jovem. Os dados

do relatório “*Tendências Globais de Emprego para a Juventude 2020*” apontaram que houve uma alta no número de jovens que nem estudam nem trabalham – a chamada geração nem-nem –, passando de 21,7% em 2015 para 22,4% em 2020. Daqueles 267 milhões, 2/3 são mulheres, ou seja, 181 milhões de desempregadas.

No Brasil, o cenário é similar. Dos jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos, 30% estavam sem trabalho, número que não era tão elevado desde o primeiro ano da década de 1990. Tendência generalizada, ainda segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em números apontados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Contínua), cresceram o desemprego e a desigualdade no Brasil. No primeiro trimestre de 2020, a taxa de desemprego subiu para 12,2% atingindo 12,9 milhões de brasileiros.

Dentro desse contingente, a pesquisa ainda aponta agravos maiores para o sexo feminino. O desemprego atinge 14,5% das mulheres, frente a 10,2% dos homens. Das pessoas que se encontram abaixo da linha da pobreza, 27,2 milhões são mulheres, sendo que elas também são maioria entre a população idosa que vive com pequenos recursos, 56%.

Em função disto é que também é válido trazer para o debate a realidade sobre as condições de vida dessas mulheres, muitas delas chefes de família e idosas, as quais são impelidas a assumir o protagonismo no ciclo de manutenção das famílias, seja no custeamento direto com a renda, seja na participação nos trabalhos de cuidado.

Em outubro de 2019, os números constantes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), também do IBGE, mostrou que as famílias brasileiras de baixa renda, correspondente a 23,9%, vivem com rendimento monetário médio de R\$ 894,37, o que significa – considerando que a média de composição adotada pelo IBGE é de três pessoas por família – que esse rendimento é de R\$ 178,44 por membro familiar.

Esta realidade de precarização das condições de vida acirra-se ainda mais se considerarmos os grupos alocados por região do país, tendo a POF do IBGE apontado que o menor rendimento médio total familiar concentra-se na região Nordeste, panorama ratificado pela Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2018), que demonstrou que do total

de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza (isto é, com R\$ 104 por mês, segundo o IBGE, a partir dos parâmetros definidos pelo Banco Mundial), mais de 25 milhões estão nos estados do Nordeste, onde 44,8% da população estava em situação de pobreza em 2017, mesmo percentual de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza apenas no estado da Bahia, conforme divulgado pela mesma pesquisa.

Os efeitos desses números funcionam como uma engrenagem, provocando consequências não apenas individuais, mas causando reflexos nas famílias – sobretudo das camadas populares – e nas relações estabelecidas dentro delas, isto porque na ausência de políticas que auxiliem a atravessar este momento, é a família que geralmente se mobiliza para satisfação das necessidades.

Paralelo a isto, desde a década de 1990, estudos já apontavam para as transformações demográficas em curso que indicavam um aumento no número de famílias chefiadas por pessoas idosas (CAMARANO, 1999; PEIXOTO, 2004), o que se agrava com o acirramento desse contexto de desemprego, promovendo uma série de alteração nas relações de troca e cuidado entre as gerações e na própria reprodução social das famílias.

Este cenário possibilita inferir que tais famílias dependerão dos rendimentos da maioria dos seus membros, inclusive idosos, para a garantia de mínimos sociais. O último censo demográfico apontou que 12,3% dos domicílios particulares continham três gerações corresidentes, apresentando 5,9 moradores por domicílios intergeracionais, e 0,5% continham quatro gerações corresidentes, perfazendo um total de 12,8% de domicílios multigeracionais. Destes, 10,5% eram de responsabilidade financeira das pessoas idosas, ou seja, eram por elas chefiados.

Corroborando com esses dados catalogados no último censo de 2010, o portal G1 divulgou pesquisa elaborada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) no ano de 2018, a qual mostrou que 9 em cada 10 idosos, ou seja, 90%, contribuem financeiramente com o orçamento familiar, sendo que destes, 43% são os responsáveis pelo sustento da casa. Ainda segundo o SPC, 34% dos consultados recebiam algum tipo de custeio. Este percentual sobe para 40% entre as mulheres, com a renda, em maior parte, de pensão por falecimento do cônjuge (15%) ou de familiares (15%).

Ainda é possível demarcar mais aspectos desta realidade no que tange à chefia desses lares pelo quesito gênero e raça/cor. Estudo realizado pela Escola Nacional de Seguros, em 2018, intitulado “*Mulheres Chefes de Família no Brasil: avanços e desafios*”, realizado com base nas PNADs anuais entre 2001 e 2015, mostrou que os lares chefiados por mulheres chegaram a 40%, sendo que em relação ao pertencimento racial, houve um crescimento maior das famílias chefiadas por mulheres negras que, em termos absolutos, passaram de 6,4 milhões em 2001 para 15,9 milhões em 2015 (aumento de 248%), contra um crescimento de 7,6 milhões em 2001 para 12,7 milhões das famílias chefiadas por mulheres brancas (aumento de 168%).

A realidade expressa nas estatísticas aponta para os efeitos de uma conjuntura sociopolítica de desmonte de direitos, pensada na intersecção entre classe, raça, gênero e geração. Sob esse ângulo, conseguimos perceber que estamos, no que toca à questão do envelhecimento, por exemplo, vivendo fenômenos aludidos por algumas autoras como a dissociação entre velhice e aposentadoria (DEBERT, 1999) e o retorno ao mercado de trabalho (PEIXOTO, 2004), tanto porque as etapas da vida já não são tão definidas a partir da cronologia, permitindo uma “vida ativa” após os 60 anos, quanto pela necessidade que se impõe a muitas pessoas nessa faixa etária, de continuarem ou retornarem ao mercado de trabalho.

Pensar a existência de famílias intergeracionais e as relações que seus membros estabelecem entre si, tem a ver com pensar as mudanças no mundo do trabalho e nos sistemas de proteção social, mas também as relações de convivência que estabelecem mutuamente e os processos socioculturais que as permeiam.

A atenção a esse tipo de relação é válida, uma vez que se atualizam as formas como as famílias mais pobres são inseridas no arcabouço das políticas sociais, hoje menos como um grupo vulnerável que carece de subsídios para a sua manutenção e mais como um elemento necessário à solidariedade responsável pela manutenção do grupo. Segundo Delgado:

O que se assiste é o recuo da proteção social pública, bem como o incentivo à mobilização de recursos informais ligados à solidariedade primária, evocando um papel tradicional da família e da comunidade, sobretudo no cuidado com os segmentos mais vulneráveis como crianças e idosos. Ao apresentar a velhice como um risco, esses

argumentos sustentam uma outra concepção de política específica para o envelhecimento, o modelo da garantia da renda mínima para evitar a indigência e a dependência na velhice, complementada pela mobilização dos recursos dos grupos aos quais os idosos pertencem, como a família e a comunidade. (DELGADO, 2018, p. 19).

A despeito disto, com o passar dos anos assiste-se a uma alteração – em função das mudanças demográficas e a permanência maior ou retorno dos filhos às casas dos pais – nessa prospecção criada e amplamente difundida de que as pessoas idosas seriam um grupo de dependentes, alvo dos cuidados e solidariedade das gerações mais jovens. Ao contrário, elas têm desempenhado importante papel na provisão e reprodução das famílias.

[...] nas famílias brasileiras, as transferências geracionais têm assumido cada vez mais um caráter bidirecional, em face da consequência de frequentes crises econômicas experienciadas pela população brasileira e que têm atingido mais a população jovem (CAMARANO, 1999, p. 2).

Marcadas, pois, por relações de reciprocidade, no sentido de que há sempre uma contrapartida nos processos de cuidado e trocas mútuas, vê-se por um lado a dimensão da materialidade – quando a experiência dessa velhice é marcada pela responsabilidade da provisão – e, por outro, o aspecto simbólico que circunda as relações intersubjetivas.

Este cenário faz perceber que a experiência de velhice na contemporaneidade já não guarda restrita relação com os paradigmas de dependência outrora pensados, havendo novos pressupostos no que diz respeito às trocas intergeracionais, nas quais figuram como sujeitos ativos, trocas estas que guardam transversalidades com questões de gênero e raça, uma vez que aumenta o número de mulheres idosas e mulheres negras chefes de família.

A forma, todavia, como o envelhecimento é tratado, essencialmente por duas vias que não satisfazem as necessidades reais postas pelas estruturas sociais contemporâneas – seja pelo viés da vulnerabilidade da velhice que destina o suprimento de suas necessidades à filantropia, seja pelo viés do envelhecimento

ativo, que além de excludente é culpabilizador, no sentido de que se direciona a setores específicos de idosos (sobretudo de classe), bem como atribui essa responsabilidade por uma velhice saudável e ideal aos próprios sujeitos – acaba por despolitizar o debate sobre as particularidades e as dinâmicas atuais que a velhice apresenta.

O contexto pandêmico experienciado nos últimos anos, também é significativo no que diz respeito à realidade de interdependência multigeracional e do protagonismo que a renda das pessoas idosas passou a ter ainda mais no sustento das famílias, bem como da relevância de suas figuras no cotidiano, uma vez que, muitas vezes, são essas figuras a rede de apoio para que membros mais jovens mantenham, por exemplo, um emprego formal ou desempenhem qualquer outra atividade fora do ambiente doméstico.

A nota técnica elaborada por Ana Amélia Camarano (2020) para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulada de “*Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres?*”, objetivou demonstrar o impacto da morte precoce de idosos acometidos por Covid-19, em especial dos que são responsáveis financeiros, na renda dos demais familiares. Preocupação que surgiu após a constatação de que até o mês de julho de 2020, mais de 73% das mortes causadas pelo coronavírus eram de pessoas acima de 60 anos.

O referido levantamento, que dividiu os domicílios pesquisados em três categorias, quais sejam, total de domicílios com idosos; domicílios onde a renda do idoso responde por mais de 50% da renda total; e domicílios onde a renda do idoso é a única fonte de renda, constatou que

[...] em 60,8% dos domicílios com idosos ou em 20,6% do total dos domicílios brasileiros, a renda do idoso era responsável por mais de 50% **[do rendimento da família]**, com renda per capita de R\$ 1.621,8. Se esses idosos morressem, o rendimento médio per capita cairia para R\$ 425,5. O impacto seria muito grande, uma redução de quase 75% que afetaria cerca de 11,6 milhões de pessoas, sendo 2,1 milhões com menos de 15 anos, e as tornaria também muito dependente da renda do trabalho, 79,0%. (CAMARANO, 2020, p. 12. Grifos da autora).

A situação agrava quando se analisa os lares que dependem integralmente da renda dos idosos,

os quais representavam 18,1% dos domicílios brasileiros. A morte desses idosos levaria a que cerca de cinco milhões de pessoas ficassem sem nenhuma renda, já que não contavam com a renda do trabalho e/ou de outra fonte. (CAMARANO, 2020, p. 12).

A autora conclui que o desemprego está causando a diminuição da renda em todas as idades e está havendo, neste momento específico, um aumento da mortalidade da população, sobretudo da idosa, que é/foi afetada duplamente pela pandemia – com o desemprego generalizado e com a morte – sintetizando que ao morrer um idoso, uma família entra e/ou aprofunda o seu nível de pobreza.

Mas não é apenas no quesito renda que se observa esta dependência intergeracional provocada pelo cenário de pandemia. Ela tem produzido assimetrias de classe, somadas a aspectos de raça e gênero que impactam de diversas outras formas a vida das famílias, sobretudo das mulheres.

O contexto pandêmico explicitou o peso do trabalho de cuidado no cotidiano e escancarou a complexidade da rotina daquelas que não podiam contar com serviços públicos – ausentes e/ou escassos mesmo antes da pandemia – e tiveram que lidar com a ausência por motivos variados, ou sobrecarga, de sua rede de apoio, constituída em grande parte por mulheres idosas. E isto justamente num momento de crise de saúde, em que essas idosas é quem deveriam receber cuidados maiores, mas viram suas atividades se intensificarem em razão das atividades domésticas.

Apenas para trazer um exemplo, basta lembrar um caso de grande repercussão que culminou na morte de uma criança de 5 anos de idade no Recife. A mãe e a avó do menino eram empregadas domésticas na mesma casa e, diante da impossibilidade da avó de ficar com a criança num determinado dia, e sem o serviço de creche, atrelado à saudade do menino que reivindicava ficar com a mãe – dado que nem mesmo quando esta infectou-se foi liberada do serviço –, ela o levou ao trabalho e, por negligência da patroa, a criança caiu de uma altura de 35 metros.

Isto nos impele a pensar sobre muitas questões: sobre mulheres que engrossam as fileiras de um mercado de trabalho historicamente destinado às mulheres negras, como o é o trabalho doméstico remunerado; sobre a necessidade de contar com o suporte familiar para dar conta do cuidado com membros dependentes da família; sobre a necessidade de permanência no emprego doméstico mesmo durante uma pandemia, pois as pessoas a quem servem – literalmente – não são capazes de se destituírem de alguns dos seus privilégios e realizarem sozinhas o processo de cuidado com as suas casas e consigo próprios. Como afirma Boaventura de Sousa Santos (2020), toda situação de pandemia é discriminatória, logo, mais difícil para determinados grupos sociais do que para outros.

Mesmo que seja difundida a ideia de que as mulheres conseguiram alcançar posições de poder e conseqüentemente conseguiram se emancipar, discurso feito inclusive pelo feminismo liberal e feminismo executivo (BHATTACHARYA, 2013), casos como o anteriormente citado mostram justamente o contrário. As mulheres tanto não conseguiram alcançar a mesma inserção que os homens quanto não experimentam esta inserção da mesma forma entre elas, e estes são dois pontos que merecem atenção.

A despeito de extremamente importantes, as atividades domésticas e de cuidados permanecem sendo sistematicamente desvalorizadas e essencializadas. Conforme relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2018 intitulado de “Care work and care jobs for the future of decent work” (Trabalho de cuidado e empregos de cuidado para o futuro do trabalho decente), em nenhum país do mundo homens e mulheres provêm uma parcela igual do trabalho não remunerado de cuidado, com o ônus sempre recaindo sobre as mulheres. Nessa equação de gênero se encerra um desequilíbrio abissal, as mulheres realizam 2/3 de todo o trabalho remunerado do mundo – em funções como enfermeira, professora, assistente social, dentre outras – e o mais alarmante é que são responsáveis por 3/4 de todo o trabalho não remunerado de cuidado, ou seja, o cuidado com as pessoas e todas as atividades mais essenciais das quais elas necessitam, como cozinhar, limpar, lavar.

Destes números pode-se inferir que, a despeito de ocuparem menos tempo nos trabalhos de mercado, isto é, aqueles realizados fora do ambiente doméstico, ao ser somado com as horas dedicadas ao trabalho familiar (CARLOTO, 2015), a jornada total de trabalho das mulheres é extenuante e bastante superior à dos homens. São elas que têm literalmente carregado a reprodução da sociedade capitalista de maneira totalmente essencializada e não valorizada, o que repercute em diversos aspectos ao longo de suas vidas.

[...] estimativas para 64 países (que correspondem a 66,9% da população mundial) mostram que 16,4 bilhões de horas são gastas em trabalho doméstico não pago no mundo, o que seria equivalente a 2 bilhões de pessoas trabalhando 8 horas por dia sem remuneração. Além disso, as mulheres realizam $\frac{3}{4}$ do trabalho de cuidado não pago no mundo. Ao longo de um ano, as 4h e 25 minutos gastos diariamente em trabalho doméstico não pago das mulheres somam 201 dias de trabalho de 8h e as 1h e 23 minutos diários dos homens somam 63 dias de trabalho nos mesmos termos. (OLIVEIRA, 2018).

No que tange às diferenças intragrupo, a crítica a um discurso homogeneizador é realizada, sobretudo, pelas feministas negras (DAVIS, 2016), ao apontarem que nem sempre a luta pela liberação das mulheres do espaço doméstico foi inclusiva, uma vez que, por muito tempo, enquanto as mulheres de classe hegemônica e brancas reivindicaram o direito ao trabalho fora de casa, a realidade das mulheres negras já era de exercerem trabalhos iguais aos dos homens, nas lavouras, e ainda quando deixam a condição de escravizadas continuam a ocupar os postos de trabalho mais precarizados e relativos aos serviços domésticos e de cuidados, em substituição às mulheres brancas que passaram a ocupar o mercado de trabalho formal.

Inúmeros estudos já demonstraram que as mulheres vêm questionando esse modelo de divisão sexual do trabalho e que isso se dá não apenas a partir da segunda onda do feminismo nos anos 1970 e do fenômeno conhecido como “feminização do mercado de trabalho”, mas desde o processo de instituição do trabalho mercantil assalariado no final do século XIX – quando muitas mulheres, em especial negras e pobres, já faziam parte do mercado de trabalho, buscando trazer renda para suas famílias e garantir o sustento e

condições de vida minimamente dignas. Às mulheres, portanto, há muito já não cabe “apenas” o papel de responsável pelo cuidado do lar. (PINHEIRO et al., 2019, p. 7).

Em artigo intitulado “*Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*”, Sueli Carneiro (2013) reflete sobre as particularidades das mulheres negras costumeiramente ignoradas pelo pensamento feminista que tendia a homogeneizar as experiências das mulheres, demonstrando como as mulheres negras sempre tiveram que trabalhar pela sobrevivência de suas famílias

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. (CARNEIRO, 2014, p. 1-2).

Além da necessidade de ocuparem os postos mais precarizados de trabalho para prover o sustento familiar, essas mulheres também são responsáveis pelo trabalho de cuidado dentro de suas próprias casas, demonstrando como a divisão sexual e racial do trabalho segue contínua e operante na sociedade. Pesquisa do IBGE demonstrou que, inclusive por possuírem uma renda menor, as mulheres negras precisam se dedicar mais aos cuidados da casa e de filhos e parentes do que as mulheres brancas.

Os dados da PNAD mostraram que no ano de 2019, 94,1% das mulheres autodeclaradas pretas e 92,3% das autodeclaradas pardas referiram realizar trabalhos domésticos, sendo o percentual de 91,5% para as mulheres brancas. Há

diferenças, também, na dedicação aos cuidados de pessoas, tanto dentro quanto fora dos seus domicílios. Essas atividades são realizadas por 39,6% das mulheres pretas e 39,3% das pardas, sendo o percentual entre mulheres brancas de 33,5%.

Conforme a analista de trabalho e rendimento do IBGE, Alessandra Brito, em entrevista para a Agência Folha, “a maior taxa de realização de tarefas domésticas entre pretas e pardas está ligada à menor renda, que impede o acesso a creches ou a contratação de babás para cuidar dos filhos.” Tal demarcação faz-se importante, pois

[...] evidenciar as diferenças existentes entre as mulheres brancas e mulheres negras, é uma maneira de ampliar a compreensão do contexto de precariedade das mulheres negras. A maior carga de trabalho doméstico reflete sobre as oportunidades das mulheres negras, tanto na educação como no trabalho remunerado. (SANT'ANNA apud JESUS, 2018, p. 35).

Especificidades relacionadas a geração também são observadas, como mostrou o estudo publicado pelo IPEA no ano de 2019 – “*Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua*”.

A pesquisa, que apresenta um retrato do perfil sociodemográfico das trabalhadoras domésticas brasileiras com os diferentes tipos de trabalho doméstico, além de fazer uma análise do tempo das trabalhadoras domésticas, marcado pela duplicação de atividades no trabalho remunerado, nas residências dos empregadores, e no trabalho não remunerado, em seus próprios lares, mostrou que fatores como a possibilidade de maior escolarização, procura por melhores salários e buscas por postos de trabalhos menos estigmatizados, fazem com que o índice de mulheres mais jovens diminua nos trabalhos domésticos – o que não significa que necessariamente ocupem trabalhos não precários – e aumente o número de mulheres mais velhas nessas atividades.

Assim, assiste-se a uma recomposição da força de trabalho no emprego doméstico em termos etários: as trabalhadoras jovens, de até 29 anos de idade, perdem espaço, passando de quase metade

para pouco mais de 13% da categoria, em 2018; e as trabalhadoras adultas (entre 30 e 59 anos de idade) passam de 50%, em 1995, para quase 80% do total ao final da série aqui acompanhada. As idosas (com 60 anos ou mais de idade) também crescem ao longo dos anos, ainda que sigam representando uma parcela mais restrita da categoria, como se poderia esperar. (PINHEIRO et al., 2019, p. 14).

E novamente neste cenário, as autoras salientam como existe uma disparidade no quesito raça/cor, pois essa transição demográfica é mais perceptível no grupo de mulheres negras do que brancas, “uma vez que são estas as que contam com maiores níveis de escolaridade e para as quais outras oportunidades de emprego tendem a se abrir com maior frequência” (PINHEIRO et al., 2019, p. 15).

A importância do trabalho de cuidado, portanto, explicita a intersecção de elementos que reúnem a permanência de uma cultura escravocrata que relega à população negra o lugar de servidão e em especial às mulheres negras o espaço doméstico; e os pilares de uma sociedade fundamentalmente patriarcal que a partir de tradicionais constructos de gênero reproduz a associação entre mulher e cuidado, enquanto desvincula os homens de tais atividades.

Esta realidade das condições de vida das mulheres em suas especificidades de classe, raça e geração, dão materialidade a um contexto abordado por estudiosos dos campos das ciências econômicas, sociais e de gênero, que tratam da condução que o Estado vem dando a um contexto de crise estrutural que, dada a sua barbárie, coloca em risco a própria vida humana. Compreender em que trama social este cenário se desenvolve e quais elementos essa crise mobiliza, nos proporciona refletir sobre o porquê de esses indivíduos viverem esta realidade, bem como quais são as estratégias que encampam para atravessá-la.

3.2 CRISE CAPITALISTA, NEOLIBERALISMO E PROTEÇÃO SOCIAL

Recobrar a discussão sobre proteção social faz-se importante, pois desde a década de 1970 começa a emergir um estado de crise estrutural que o capitalismo adentra em todo o mundo, caracterizada por Mézaros como “uma crise endêmica,

cumulativa, crônica e permanente” que indica a “ativação dos limites estruturais absolutos do sistema sociometabólico do capital” (MÉSZAROS, 2011, p. 11). E, apesar de possuir base material, torna-se muito mais profunda, invadindo os mais variados domínios da vida social, econômica e cultural.

Crise no sistema do capital não é, de fato, episódio que se pretenda inédito ou desconhecido, faz mesmo parte de sua essência a existência cíclica delas e, durante toda a sua história, quando se deparou com essas conjunturas, o capitalismo buscou formas de se reinventar e manter aquilo que consiste no seu principal fim, a expansão do seu valor. Esta, entretanto, caracteriza-se por seu caráter globalizado e multifacetado.

Vivemos uma crise da sociedade como um todo. Absolutamente não restrita ao setor financeiro, é ao mesmo tempo uma crise da economia, da ecologia, da política e do “cuidado”. Uma crise generalizada de toda uma forma de organização social, que está na base do capitalismo – em especial da forma brutalmente predatória do capitalismo que vivemos hoje: globalizado, financeirizado, neoliberal. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.45).

Sob o diagnóstico de que esta nova crise tinha como causa o tamanho do Estado, a sua participação massiva na economia e, sobretudo, os gastos (ou investimentos?) que se passou a ter no âmbito das políticas sociais, os liberais apontavam ser essa a razão do desequilíbrio do sistema. Dispendem recursos demasiados – defendiam – em política social, fazia com que os empresários e o grande capital fossem excessivamente tributados, o que conseqüentemente os tornava menos competitivos, assim como os próprios consumidores, os quais também perderiam o seu poder de compra, formando, portanto, a equação do caos, certamente evitada ou minimizada pelas leis do livre mercado, sendo necessária a provisão de mudanças, dentre as quais:

[...] mudanças das condições técnicas e políticas de exploração da força de trabalho por meio da chamada reestruturação produtiva; na recomposição da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, pressionando os salários para baixo; na fragilização da organização política dos trabalhadores (com a des-sindicalização, passivização e burocratização de sua organização política –

sindicatos e partidos); e no redirecionamento do fundo público para o capital, com destaque para as políticas públicas direcionadas à reprodução do trabalho (BEHRING, 2008, p. 155).

O neoliberalismo, “sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 7), aliando estratégias do sistema produtivo – tal qual a reestruturação produtiva que traz consigo as terceirizações, flexibilização da força de trabalho, uso massivo da tecnologia para auxiliar a produção agora taxada pelo consumo – vai conformando uma nova visão da classe trabalhadora e das políticas sociais, não só aquelas diretamente vinculadas ao mundo do trabalho, como a regulamentação das Leis Trabalhistas e a Previdência Social, mas todas as outras que subsidiam o processo de reprodução social.

Logo, a narrativa que se assumiu para contornar os efeitos da crise foi, ao mesmo tempo, a ideia de que política econômica e social são duas esferas que não guardam relação, bem como a subsunção da lógica da vida à lógica do lucro, iniciando, desta forma, uma escalada de desmonte dos direitos sociais e dos sistemas de proteção social.

Instala-se um modelo econômico particularmente marcado pelo incentivo e investimento no capital financeiro e na política de juros promovida por organizações financeiras internacionais, notadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), que promovem um verdadeiro ataque ao fundo público, o que vai afetar diretamente a implementação de políticas sociais, pois os investimentos são desviados destas para o pagamento e amortização da dívida pública, o que conseqüentemente promove uma verdadeira mercantilização dos serviços sociais. (FOSTER, 2009).

Precisamente neste aspecto percebe-se que as políticas sociais passam a ter uma conformação substancialmente diferente daquela que vigorava na cultura política do Welfare State que, assim como os pressupostos de universalidade, aos poucos é dissolvida em prol de uma política social cada vez mais pobre feita para os pobres.

Como instrumento de defesa do capital, promove-se uma suposta separação, que cumpre função ideológica, entre política econômica e política social, para tentar desvincular os impactos que uma exerce sobre a outra e criar um contexto de neutralidade em que a política econômica nada tem a ver com o arcabouço de ações para a satisfação das necessidades sociais, quando na verdade a priorização de uma em detrimento da outra, pelo Estado, traz consequências diretas para os segmentos mais vulneráveis.

A separação entre política social e política econômica cumpre estratégica função ideológica na medida em que visa neutralizar a percepção dos efeitos sociais da economia capitalista. Caracteriza-se como social um conjunto de políticas (saúde, previdência, segurança, educação, habitação, assistência social, entre outras) com o objetivo de desvincular o caráter social da economia. A própria existência desse conjunto de políticas contempla necessidades de manutenção de uma sociedade na qual a economia se estrutura a partir de um processo de apropriação privada da riqueza produzida socialmente. Temos “[...] uma ‘política social’ como antídoto ao caráter antissocial da economia capitalista” (SAVIANI, 2000, p. 118). Assim, o processo capitalista de degradação das condições de trabalho e vida é naturalizado e o horizonte de bem-estar dos indivíduos se reduz ao que poderiam promover as chamadas políticas sociais. (LOUREIRO e RIBEIRO, 2011, p. 295-296).

O Estado passa a cada vez mais conter gastos com as despesas ditas sociais e favorecer a abertura de espaço para os capitalistas, inclusive entregando ao mercado, também, a gestão e o oferecimento de diversos serviços públicos, o que faz parte, segundo Loureiro e Ribeiro (2011), de um tripé que sustenta as diretrizes das políticas sociais no neoliberalismo, quais sejam, a administração racional-econômica dos recursos públicos; a terceirização de serviços públicos para a iniciativa privada; e a focalização das políticas sociais.

A primeira destas características teria justamente a ver com o enxugamento dos gastos do Estado, assumindo uma postura bastante técnico-gerencial de reduzir ao máximo os custos com encargos sociais e administrar os recursos com eficiência, sobretudo para atender as agências econômicas fiadoras da crise. Diretamente ligado a isto entra em ação a perspectiva da desnecessidade de o Estado ser

unicamente o provedor, promovendo uma literal privatização de serviços básicos, como educação, saúde e até mesmo previdência social.

No que tange à focalização das políticas, ainda segue os ditames das reduções de custos, uma vez que direciona os recursos e ações a setores cada vez mais específicos da sociedade, marcados por situações de extrema pobreza e alcançados majoritariamente por benefícios e auxílios que cada vez mais se distanciam da noção de direito e assumem o caráter de benesse, da qual é mais representativa a política de Assistência Social.

Isto porque a racionalidade posta em prática pelo neoliberalismo elege a síntese do combate à pobreza como sinônimo de proteção social, promovendo aspectos como o voluntarismo, a solidariedade e responsabilidade com os custos de sua própria reprodução social, aliado a discursos meritocráticos (DARDOT E LAVAL, 2016), transformando os sujeitos em empresas de si mesmos.

Para Dardot e Laval, o neossujeito deve sempre “naturalizar” as regras do jogo neoliberal, isto é, se adaptar à nova realidade do Estado-empresarial – na qual previdência, saúde, educação e lazer são produtos que os consumidores (cidadãos) têm a “liberdade de escolher” e adquirir – e conviver com o desemprego permanente, a precarização das relações de produção e das relações sociais de produção. A naturalização do risco, a responsabilização individual pelas consequências de suas escolhas e a transformação dos indivíduos em sujeitos empreendedores de si, que estão em contínua competição e concorrência com os demais sujeitos empreendedores, são facetas dessa nova razão-mundo. (QUEIRÓZ, 2018, p. 189-190).

Ao explicitar o modus operandi dessa racionalidade neoliberal, que impõe como hegemônica a lógica da valorização da individualidade e privatização da vida social, a partir da ampla negação de direitos e ofensiva contra os sistemas de proteção social, já damos indicativos de que instâncias que não sejam a pública e/ou governamental serão acionadas para preencher essas lacunas – ora será o mercado, ora as redes comunitárias informais ou o terceiro setor, ora, e em grande parte do tempo, serão as famílias.

Serão fomentadas, além de desigualdades generalizadas, formas muito direcionadas de exploração e opressão para que as necessidades sociais sejam

satisfeitas, isto é, determinados indivíduos serão mais penalizados nesse processo. E pelo cenário inicialmente retratado com números e estatísticas, depreende-se que serão majoritariamente as mulheres pobres, negras e envelhecidas que necessitarão gerir uma reprodução social de baixo custo.

Em particular, o desengajamento neoliberal do Estado provocou uma profunda transformação da reprodução social e, simultaneamente, a criação de uma vasta reserva de mão de obra total ou parcialmente privada de recursos e de direitos. Composta de forma majoritária por mulheres de todas as raças e por pessoas racializadas de todos os sexos, todas proletarizadas, ela é colocada em uma situação liminar entre a exploração e a apropriação, em um trabalho assalariado precarizado e “feminizado”, tanto concreta quanto simbolicamente. Os corpos feminizados e/ou racializados, sobretudo na classe proletária, são em massa coagidos à reprodução social a preço baixo. (FALQUET, 2019, p. 132).

Assim, se no passado ainda era possível extrair concessões em termos de garantias de direitos, aparentemente significativas dentro dos ditames do capital, o neoliberalismo tenta barrar qualquer tentativa de intervenção, penalizando a parcela da população que historicamente esteve marginalizada, sobretudo através do núcleo familiar, a quem se direcionam as respostas da restrita proteção social implementada, e dentro dessas famílias às mulheres.

No Brasil, a despeito de não haver se conformado um Estado de Bem-Estar Social pleno, desde a década de 1930 com o processo de industrialização e urbanização do país o Estado passa, de modo mais consistente, a elaborar e implementar ações que politizam as demandas sociais, transformando-as em alvo de políticas públicas. Esse sistema de proteção, embora incipiente e embrionário, já começa a se delinear com algumas singularidades próprias da formação da sociedade brasileira (PAULA, 1992).

Tais aspectos circundam sobretudo por fronteiras muito bem delimitadas pautadas na divisão sexual e racial do trabalho e numa tendência familista das políticas sociais que passam a ter um direcionamento de empreendedorismo individual, no qual caberia aos próprios sujeitos e às redes informais que porventura

possuam, lidar com a sua condição de vulnerabilidade (MIOTO, CAMPOS, CARLOTO, 2015).

Nesse sentido, o Estado brasileiro funda um padrão de respostas à questão social circunscrito na lógica dos seguros sociais e da cidadania regulada (SANTOS, 1979), a partir da concessão de direitos sociais diretamente vinculados à inserção produtiva e à contribuição previdenciária (de onde depreende-se que voltada para aqueles participantes do mercado de trabalho formal, de onde as mulheres e a população negra estiveram historicamente excluídas).

Em paralelo, a família trabalhadora — pensada como núcleo familiar organizado em torno do pai provedor, a mãe cuidadora e guardiã da moral doméstica e filhos — é erigida no discurso estatal como unidade moral do Estado e sua principal célula de sustentação e, mais tarde, dada aquela conjuntura de mudanças políticas anteriormente tratadas, ela, a família, será redescoberta como principal mecanismo de proteção social.

Concebeu-se, dessa forma, um agregado de instâncias provedoras e gestoras no campo do bem-estar, formado em torno de objetivos comuns, composto por quatro “setores” principais: o setor *oficial*, identificado com o governo; o setor *comercial*, identificado com o mercado; o setor *voluntário*, identificado com as organizações sociais não governamentais e sem fins lucrativos; e o setor *informal*, identificado com as redes primárias e informais de apoio desinteressado e espontâneo, constituído da família, da vizinhança e dos grupos de amigos próximos. (PEREIRA, 2004, p. 32).

Desse modo, evidencia-se que tanto esse modelo de proteção social quanto a definição do modelo de família promovem uma precariedade das condições de vida ao mesmo tempo que considera como natural, práticas opressivas e, nesse sentido, reproduz-se, inclusive por parte do Estado, desigualdades de gênero, alvo de críticas das feministas (PATEMAN, 1989; FRASER, 2009) justamente por não considerar, ou propositalmente camuflar, que o que fundamentalmente mantém esse sistema é o trabalho não pago que as mulheres exercem cotidianamente diante da negação ou seletividade de serviços públicos.

Isto num país em que a proteção estatal – apesar de poder ser considerada maior que em outros países da América Latina – se dirige principalmente àquelas pessoas que estão vinculadas ao mercado formal de trabalho, ou seja, aos setores médios, fazendo com que predomine “o paradigma do Estado subsidiário, que intervém quando se exaurem as possibilidades da família de garantir seu bem-estar (CAMPOS e TEIXEIRA, 2010, p. 25).

E se pensarmos sobre o fato de que em 2019, as mulheres representavam 43,8% dos trabalhadores no Brasil, comparados aos 56,2% dos homens, além do fato de que a vida delas é marcada por maiores interrupções laborais e, conseqüentemente, menores contribuições previdenciárias, esse cuidado é exercido de maneira ainda mais precária, conforme afirmam Delgado e Tavares (2020).

Lida sob uma perspectiva de gênero, essa impostação familista da política social brasileira nos aparece como um mecanismo que teve importantes repercussões na forma como as mulheres, sobretudo as mais pobres, foram tratadas pelos sistemas nacionais de proteção social. O modelo de cidadania regulada, ao focar a família do trabalhador formal, invisibiliza o trabalho e as necessidades das mulheres, justamente suas demandas na esfera da reprodução da vida social. Obviamente esse é um fato que dificultou a permanência das mulheres no mercado de trabalho e seu acesso aos direitos trabalhistas, especialmente à aposentadoria. A vida das mulheres, tanto das gerações antigas como atuais, é mais marcada por períodos de interrupção de atividades laborativas em função das demandas do cuidado o que contribui para a redução das cotizações femininas, bem como atrasa a obtenção do tempo necessário para aposentar (DELGADO e TAVARES, 2020, p. 63, tradução nossa).

Se considerarmos, ainda, que os empregos informais, mais precarizados e com piores salários são destinados sobretudo às mulheres negras (BIROLI, 2018) e que estas se concentram muito nos empregos domésticos (IBGE, 2019), onde ainda caminha a passos curtos o processo de respeito à regulamentação da profissão, vemos que é sobre elas, principalmente, que recai o peso dessa ausência do Estado em subsidiar o processo de reprodução social.

Diante desse cenário ocorre o que se chama de assistencialização do sistema de Seguridade, com recursos alocados de forma fragmentada para paliar a crescente perda de direitos, tática política que intenta “lidar com os que não têm

condições de ingressar no mercado formal de trabalho, moldando o comportamento político, econômico e civil do exército industrial de reserva” (BEHRING, 2008, p. 157).

Dessa forma, com os novos arranjos que vão sendo conformados no mundo do trabalho, com relações cada vez mais flexíveis e informais, além de precárias e fragilizadas, acirra-se a presença do desemprego estrutural e a política de Assistência Social ganha diretrizes encaminhadas pelas agências internacionais e passam a figurar como a possibilidade de acesso da população a mínimos sociais, que nesse contexto passa ela mesma a ser a própria materialização das políticas de proteção social, e não os indivíduos que dela são alvo.

O enfoque no combate à pobreza como opção de proteção social pública tem sido uma forma de repassar para os assalariados os custos com sua própria reprodução social, uma vez que as políticas sociais públicas são financiadas pela “taxação do salário”, não alterando a concentração de renda. (DELGADO e TAVARES, 2020, p. 59, tradução nossa).

Caracterizada por uma intensa focalização e preterimento da conformação de uma rede estruturada de serviços em prol de transferências financeiras, o Estado alimenta um sistema de proteção social focado na Assistência Social e cria mecanismos de administração da pobreza. Com isso, ressalte-se, não se tem aqui o intuito de negar ou minimizar a relevância dos programas de transferência de renda – sobretudo quando se analisa a realidade brasileira – para a solução paradigmática de problemas graves e estruturais, apenas trata-se como igualmente importante fazer uso de uma perspectiva que rompa com as tendências mais gerais e extremas de aceitação indiscriminada ou repulsa gratuita, ratificando o pensamento de Delgado e Tavares, que em artigo que analisa o Programa Bolsa Família afirmam que:

Ao mesmo tempo em que o Programa tem um impacto importante na redução da miséria, as políticas de transferência de renda são apontadas como uma estratégia monetizada e focalizadora de proteção social, parte de um processo de desmonte de políticas fundamentais para a classe trabalhadora, como a saúde e a

previdência. A estratégia de priorização das bolsas e benefícios monetários é também questionada pela centralidade que dá à família, não no sentido de protegê-la, mas de responsabilizá-la, elegendo-a como fonte “natural” de proteção social. (DELGADO E TAVARES, 2020, p. 56, tradução nossa).

Somados, esses fatores conformam um modelo gerencial de Estado que tem na sua expressão mais direta a aniquilação literal de corpos indesejados, fomentado pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2018), e um modelo de política social que se utiliza de mecanismos mais sutis e camuflados para continuar promovendo apagamentos tão cruéis quanto, posto que dizima lentamente ao negar no cotidiano, a satisfação de necessidades essenciais e acessos garantidores de trajetórias mais dignas material e objetivamente, fazendo com que administração e criminalização da pobreza, assim como dominação patriarcal e exploração capitalista sejam duas faces da mesma moeda.

Portanto, faz-se importante aprofundar o debate acerca de categorias conceituais como divisão sexual do trabalho e cuidado, a fim de desvelar como esses sistemas estruturam aspectos da vida das famílias e, sobretudo, das mulheres, num contexto sociodemográfico que aponta, dentre outras coisas, para uma precariedade das condições de vida, envelhecimento da população e o crescimento da requisição de uma provisão familista e doméstica.

4 TROCAS E PRODUÇÃO DO CUIDADO NAS FAMÍLIAS INTERGERACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE NA CONTEMPORANEIDADE

Nesse capítulo serão apresentados dados concretos sobre o tema, oriundos de pesquisas empíricas, e serão feitas aproximações entre a teoria recuperada e os elementos mais concretos encontrados. Serão abordadas as formas de vivência das velhices que estão envolvidas em trocas de cuidado com outras gerações, não apenas no lugar de público-alvo desse cuidado, mas também como cuidadoras, apontando, ainda, quais dinâmicas materiais e subjetivas estão envolvidas nessas relações.

Os elementos aqui expostos e trabalhados, como já dito anteriormente, foram oriundos do Grupo de Pesquisa "Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social" (UFBA-CNPq), o qual reúne pesquisadoras que têm investigado a realidade das dinâmicas das relações familiares e dos grupos de trabalhadores em suas diversas manifestações.

A partir disto, levou-se em consideração prioritariamente aquelas produções que além de um trabalho de recuperação teórico-crítica, realizaram também pesquisas de campo que deram direcionamento para uma análise prática de como tem se estabelecido as relações familiares no exercício do trabalho de cuidado e como o Estado atravessa a dinâmica de vida dessas famílias.

Desta forma, buscou-se fazer um levantamento sobre as produções do referido grupo de pesquisa, no período de 2015 a 2020 – considerando que naquele último ano as dinâmicas acadêmicas e de pesquisa passaram por algumas alterações e/ou interrupções, devido ao período pandêmico vivenciado.

Após tal levantamento, foram eleitas as pesquisas que em seu resumo fizessem alusões a análises que circundassem em torno das relações políticas e familiares envolvendo pessoas idosas, sobretudo no que diz respeito ao processo do trabalho de cuidado e a ausência/presença do Estado na efetivação da proteção social desses grupos.

Assim, chegou-se na eleição de três trabalhos de conclusão de curso, os quais seguem elencados no quadro abaixo:

Quadro 1 – Textos analisados

Textos Analisados			
Título	Autora	Objetivo	Metodologia
Velhice e Abrigamento: a construção do envelhecimento em Instituições de Longa Permanência filantrópicas em Salvador-BA	Nádia Cristina Amoêdo Carvalho	Estudar o processo de construção do envelhecimento de idosos institucionalizados, através das análises de suas histórias de vida e das relações familiares que se estabelecem, ou não, nesse contexto.	Pesquisa qualitativa, utilizou-se da técnica da História Oral para levantamento dos dados, usando como ponto de partida entrevistas semiestruturadas. Realizada em 2016.
Sociabilidade, Solidão e Violência: um estudo com mulheres idosas frequentadoras do grupo Fonte de Vida no SESC – Rua Chile/Salvador-BA	Lucicléia Oliveira de Santana	Discutir como, no espaço de sociabilidade do SESC, símbolo do “envelhecimento ativo”, encontram-se histórias de ausência de vínculos familiares, solidão e violências que levam as mulheres idosas a buscar o abrigo como forma de proteção social.	Pesquisa qualitativa, realizada em 2016, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas para emprego do recurso metodológico da História Oral.
Família, Envelhecimento e Proteção Social: a questão do cuidado e das cuidadoras familiares	Gabriela Pereira Souza	Analisar a condição das cuidadoras de idosos dependentes no tocante a sua inserção familiar, ao contexto	Realizada em 2015, a pesquisa tem caráter qualitativo e utilizou-se de roteiro de entrevista semiestruturada

		sociocultural e ao exercício do cuidado.	para coleta dos dados.
--	--	--	------------------------

Fonte: Elaboração da autora.

Para o tratamento dos dados presentes nos trabalhos, procurei categorizar os achados das pesquisas empíricas, usando como eixo central para esse exercício a seguinte questão: o que os trabalhos descreviam e analisavam em termos do tipo de relação familiar e dinâmicas de cuidado nas quais, em alguma medida, estavam envolvidas as mulheres idosas.

A partir daí, me deparei com três situações: as alternativas de cuidado encontradas quando da ausência de vínculos familiares; o cuidado institucionalizado; e, por fim, as relações tecidas quando se tem familiares responsáveis pela gestão/execução do trabalho de cuidado.

4.1 O CUIDADO NA AUSÊNCIA DE VÍNCULOS FAMILIARES

O trabalho de Santana (*Sociabilidade, Solidão e Violência: um estudo com mulheres idosas frequentadoras do grupo Fonte de Vida no SESC – Rua Chile/Salvador-BA, 2016*) tratou da realidade de três idosas que, sem qualquer manutenção de vínculos familiares, chegaram à velhice sozinhas e tentaram suprir tal ausência buscando os grupos de convivência para idosos promovidos pelo SESC.

Inicialmente, antes de resgatar a história das três idosas, é oportuno trazer algumas observações acerca do serviço de convivência que frequentam, o qual a despeito de ser um importante equipamento de sociabilidade, pode também atuar num viés de negação da velhice, colocando-a no patamar de uma espécie de “nova juventude” (HADDAD, 1986).

Por um lado, o referido serviço se constrói com base no discurso do fomento à inclusão social, promoção da saúde e empoderamento das pessoas idosas, que funciona por meio do compartilhamento de experiências e melhoria da qualidade de

vida a partir das atividades desenvolvidas, sendo referência no trabalho social com idosos e se projetando como socialmente responsável. Por outro, é também mantido pela classe empresarial que, apoiados no discurso de responsabilidade social e filantropia, entrelaçam a sua própria lógica e interesses nessa organização, a qual troca com o Estado benesses tributárias enquanto este, paradoxalmente, vai prescindindo da sua obrigação de garantir o acesso a direitos sociais.

A lógica neoliberal que perpassa a ação das organizações do terceiro setor justifica, em grande medida, o interesse do SESC pela terceira idade, bem como a atuação política dessa organização pela causa da velhice. Antunes (1999) e Montaño (2003; 2021) destacam a pouca efetividade das organizações do terceiro setor no que se refere às suas ações “contra” o sistema, afirmando que, na verdade, atuam como organizações funcionais à lógica do capital. A experiência internacional de alguns dos idealizadores do trabalho social com idosos, que trouxeram a ideia da França, possibilitou ao SESC diagnosticar antecipadamente (na década de 1960) um nicho de mercado (ou de público) que se expandiria no futuro, como resultado direto do envelhecimento demográfico. Assim, podemos dizer que o pioneirismo do SESC no trabalho com idosos se justifica, em grande medida, pela excelente “visão de mercado” dos seus gestores. Como mostra Haddad (1986, p. 123): “O imaginário da proposta SESC assenta-se numa lógica que expressa a racionalidade utilitária inerente ao padrão de acumulação capitalista: a tentativa de converter a velhice em mercadoria intercambiável no mercado”. (CASTRO PERES, 2022, p. 218).

Assim vai se consolidando, também, uma oferta de serviços que serve, na prática, a uma minoria de pessoas idosas porque centradas em lazer, turismo e esporte, enquanto pouco questiona, intervém e/ou transforma a condição precária em que vive a maioria desse segmento populacional, sobretudo na atual conjuntura de crescimento etário.

Acaba por exercer um controle e jogo subjetivo com o público com o qual lida, no sentido de que incute que o adequado é que tenham um estilo de vida que é funcional ao capitalismo, isto é, um envelhecimento ativo, enquanto mascaram as relações de produção que não permitiram que determinados sujeitos estivessem ali e sim peregrinando em precários serviços de saúde ou assistência social.

O imaginário SESC da terceira idade, ao impor um novo estilo de vida aos idosos, exerce sobre eles um poder simbólico, retratando como equivocada e improdutiva a velhice da classe trabalhadora, que em geral é mais degradante. Nesta lógica, desconsidera-se as dificuldades inerentes às condições de vida dos idosos das classes populares, onde muitos não têm condições econômicas de desfrutar dos recursos e atividades dos programas destinados ao público da terceira idade. A maioria não dispõe de tempo livre, pois ainda trabalham para sustentar a família, em virtude da renda precária paga pela Previdência Social. (CASTRO PERES, 2022, p. 222).

Indubitavelmente, o SESC teve um papel significativo no reconhecimento social da pessoa idosa no Brasil nos últimos anos. Entretanto, é imprescindível ponderar sobre os interesses que permeiam esse desenvolvimento, uma vez que acaba por funcionar numa lógica privatista da assistência social dentro do terceiro setor.

Ainda é possível destacar sobre como a presença feminina é mais massiva nesses grupos de convivência, o que reflete a história do envelhecimento das mulheres que de alguma forma dedicaram as suas vidas ao trabalho de cuidado, sobretudo familiar, e posteriormente veem-se sozinhas e buscando outras formas de existir.

Segundo a pesquisadora desta primeira pesquisa analisada (SANTANA, 2016), o percentual de frequência dos serviços oferecidos pelo SESC é de 85% de mulheres frente a 15% de homens, o que corrobora com as reflexões de Brito da Motta ao afirmar que esses grupos de convivência são também fomentados pela busca de relações sociais.

Essa dominância das mulheres, que frequentemente 'dão o tom' da vida desses grupos, tem razões, muito além das demográficas, sobretudo culturais e de momento histórico na trajetória social dos gêneros – como venho acentuando em vários trabalhos. Muito menos resignadas à velhice, – como definida segundo o modelo tradicional, referenciada a inatividade e descarte social, estas mulheres estão vivendo um tempo de maior liberação, que as anima a pensar, afinal, um pouco em si, como por toda parte estão proclamando, em um padrão de comportamento geracional, e de gênero, que antes não encontrava justificativa social para se exercer, tratando-se de pessoas que 'deveriam viver para a família'. (BRITO DA MOTTA, 1997, p. 135).

Retomando para a análise do estudo inicialmente citado, a pesquisadora debruçou-se sobre a história de vida de três idosas acima de 80 anos, todas solteiras e sem filhos, que ou perderam ou se distanciaram de suas referências familiares originais (pais, irmãos, avós).

A primeira delas relatou que se dedicou a cuidar da mãe até que esta morreu, quando ela já tinha 70 anos de idade e, portanto, não houve tempo ou oportunidade para que pensasse em constituir a sua própria família, uma vez que era a única filha mulher, bem como perdeu o contato com o irmão que, diferente dela, casou-se, teve filhos e, após isto, não mais a procurou.

Esta realidade provoca um impacto significativo na vida das mulheres, sobretudo quando se trata da responsabilidade pelo trabalho de cuidado. Por um lado, a sociedade a culpabiliza e considera menos mulher por não ter cumprido as expectativas sociais dos papéis de gênero, tornando-se esposa e mãe.

Ainda hoje, para a família e a sociedade, uma mulher solteira com mais de 60 anos é concebida como uma “vitalina”, moça-velha, frustrada e incompleta porque não conseguiu casar e ter filhos e, portanto, desqualificada para opinar sobre assuntos do coração, isto é, supõe-se que permanece solteira porque tem algum problema, é egoísta ou desprovida de atrativos, nunca despertou o desejo sexual masculino e, por isso, nada sabe sobre o relacionamento entre homem e mulher. (TAVARES, 2008, p. 181).

Paralelo a isto, a sociedade, ao longo dos anos, estabeleceu outros moldes de expectativas tradicionais de gênero, nas quais as mulheres são frequentemente vistas como as principais provedoras de cuidados, o que se acirra quando é uma mulher que está na condição de solteira e não teria, portanto, impedimentos para dedicar-se ao trabalho de cuidado, como se a vida e planos próprios não importassem, restringindo, desta forma, suas opções de vida, formação, carreira.

Durante a sua narrativa, expõe um dos principais motivos para participar do grupo de idosos, bem como a sua intencionalidade de conseguir uma vaga em instituição asilar para morar: o medo de morrer sozinha em casa e ninguém a procurar. Diz, inclusive, quais estratégias tem buscado para ter êxito em sua ida para uma Instituição de Longa Permanência (ILPI), posto que não possui recursos

suficientes para arcar com o abrigamento, cogitando, para tanto, encontrar uma instituição que aceite o seu apartamento em troca da oferta do cuidado.

Este último aspecto, entretanto, não foi considerado sem que antes tentasse algo mais próximo do seio familiar. Outra tentativa foi residir numa casa, no interior, próximo a uma tia, mas novamente esbarrou nas limitações de sua condição de classe que não a permite ter condições de manter os custos trabalhistas de uma cuidadora.

A história de vida de Carmem é espelho de muitas mulheres que carregam cotidianamente o peso de lidar com as imposições de papéis sociais a elas destinados, sendo a figura a quem foi imputada e aceita, por estar incutida, a responsabilidade por determinadas atividades que aos homens não são direcionadas meramente por serem homens, além da lógica do amor que ronda, historicamente, o trabalho que estas mulheres desempenham.

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. [...] No entanto, não existe nada natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida. Mesmo assim, dificilmente se tem êxito. (FEDERICI, 2019, p. 15-16).

Ainda, esta lógica é não só uma forma eficaz de o capitalismo se apropriar gratuitamente do trabalho das mulheres, ao camuflar que o desempenho daquelas atividades é uma forma de trabalho, transformando-o num tipo de atividade que é realizada por amor, mas também um recurso do sistema patriarcal, que libera os homens do trabalho reprodutivo, mantendo-os em espaços públicos e, guardadas as devidas medidas, em posições sociais de maior poder.

Devemos admitir que o capital tem sido muito bem-sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra-prima à custa das mulheres. Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com

uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida (as palavras mágicas: “sim, querida, você é uma mulher de verdade”). Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório. De fato, nosso papel como mulher é sermos servas felizes e sobretudo amorosas da “classe trabalhadora”, isto é, daqueles estratos do proletariado aos quais o capital foi obrigado a conceder mais poder social. (FEDERICI, 2019, p. 44).

Ademais, encontramos também a construção da idealização da relação de filiação e maternidade que, embora guarde subjetividades diferentes para cada indivíduo, também vem carregada socialmente de uma imposição de sentimento de obrigatoriedade e gratidão. Tal imposição penaliza as mulheres de forma majoritária, pois estas quando são mães devem devotar toda a vida em prol dos filhos, principalmente homens, para que construam suas histórias pautadas fundamentalmente nos moldes da masculinidade patriarcal, a qual diz que eles devem ser construídos para o trabalho dito produtivo, para a provisão financeira e, para tanto, servidos até e depois da vida adulta.

Assim, acirra-se o processo de desvalorização e vulnerabilidade dupla, por ser mulher e idosa, haja vista que a sua valorização sempre esteve relacionada ao exercício da maternidade e ao cuidado com os membros da família de acordo com as expectativas sociais (SALGADO, 2002).

Na trama de vida de Carmem, então, o único recurso que enxerga como forma de minorar a solidão é a oferta do grupo de idosos, o que parece, contudo, a única política de cuidado ofertada. Diante da inexistência de uma rede familiar e comunitária, esbarra em um Estado ausente que sequer mantém, de forma satisfatória, equipamento asilar público, a fim de suprir a necessidade de trabalhadores/as que já não têm – ou nunca tiveram – condições de se manter, situação agravada com a chegada da velhice.

Um Estado que tanto aposta politicamente na reafirmação da responsabilidade familiar e comunitária pelos dependentes, que intencionalmente deixa de

implementar políticas e serviços públicos que sejam capazes de suprir as necessidades desses indivíduos.

Faz-se urgente que as políticas públicas existentes sejam efetivas, com vistas a dar respostas às necessidades reais dessas pessoas. No sistema capitalista, reitera-se a importância de se refletir sobre o envelhecimento populacional, no que tange aos seus desafios e possibilidades. Faz-se necessário que as medidas planejadas para atender ao público envelhecido sejam de caráter evolutivo e flexível, visando a construção de um trabalho integrado entre as diversas políticas públicas, atendendo as demandas complexas e específicas advindas dessa população frente a crise pública, previdenciária e de saúde [...]. (PAVIN, 2020, p. 26-27).

As outras duas participantes desta mesma pesquisa assemelham-se no que diz respeito às histórias de vida e o motivo de inserção no grupo de idosos, ambas relatando que não constituíram família e foram esquecidas por seus irmãos e sobrinhos ao longo do tempo, vindo no citado grupo, portanto, a sua única possibilidade de socialização.

Diferenciam-se, todavia, ao relatarem sobre o porquê não possuem redes de apoio, familiares ou não e, embora diferentes, novamente as razões se encontram em expectativas imputadas ou nutridas pela ordem patriarcal.

Edite, 87 anos, relata não ter casado pois jamais poderia aceitar se relacionar com uma pessoa que não fosse para casar, pois não era “moralmente” correto, não era essa a expectativa que sua mãe e irmãos tinham para ela. Já Altair, 84 anos, diz não ter casado por opção, uma vez que “gostava demais de ser livre e não estava disposta a seguir costumes”, pois sabia que o casamento seria para isso, restringi-la de fazer o que gostava.

Tal percepção corrobora com a noção de sexagem elaborada pelo feminismo materialista que atribuíam ao instituto do casamento um processo de apropriação integral das mulheres, o que daria aos homens o arbítrio de fazerem uso de seus tempos, corpos e trabalho.

A apropriação material do corpo das mulheres, de sua individualidade física, tem uma expressão legalizada: a relação contratual de casamento. Essa apropriação é concreta e material, não se trata de

uma “figura” metafórica ou simbólica, não se trata tampouco de uma apropriação que diria respeito somente a sociedades antigas ou exóticas. (GUILLAUMIN, 2014, p. 62).

Assim estão ilustrados os dois pólos possíveis para as mulheres, sobretudo as que viveram em épocas em que padrões mais conservadores predominavam – ou limitar-se a estar em relações cujo único objetivo era casar e constituir um modelo tradicional de família, porque era isso que todos esperavam de si, não construindo nenhuma relação que minimamente fugisse disso, mesmo que inicialmente; ou a aceitação de que o casamento seria necessariamente sinônimo de subserviência, levando-as, portanto, a permanecerem sós em prol de sua liberdade.

Para além da ausência de relacionamentos e, conseqüentemente, a não constituição de família (que, inclusive, pelas análises adiante feitas, mostrarão que não necessariamente é uma garantia de relações saudáveis de cuidado), fica evidente também que para estas mulheres a criação de laços afetivos e redes de apoio fora de uma relação afetivo-sexual, não era uma opção.

Todas falam de sua solidão por não se casarem ou terem filhos, mas nenhuma aprofunda sobre quais foram as possibilidades ou impossibilidades de criarem laços de amizade, por exemplo, o que também pode estar diretamente relacionado às suas vivências enquanto mulheres, que quando jovens tiveram que estar restritas ao espaço e atividades domésticas e de cuidado.

Esta, então, é uma outra dimensão da história das mulheres em geral e das camadas populares de forma mais acentuada – a sua ausência dos espaços públicos, políticos, laborais e de lazer; a entrega de seus tempos, desde muito jovens, ao cuidado de outros membros da família, deixando de construir histórias e jornadas que poderiam colocá-las em outra posição quando mais velhas.

Por fim, a análise destes dados nos mostra que, muitas vezes, esses grupos, ao focarem suas atividades e imagem pública na promoção da velhice ativa, escamoteiam ausências, medos, limitações e violências presentes nas vidas dos idosos frequentadores, deixando, desse modo, de identificar, mapear e encaminhar resoluções para uma série de demandas que esses grupos apresentam.

Assim, em certa medida, a realidade das senhoras apresentadas nesse trabalho aponta para um Estado que não investe em políticas de cuidado, que não se faz presente nem mesmo quando as redes primárias inexistem; que abre espaço para uma “gestão da velhice” (DEBERT, 1999) pautada em iniciativas privadas e muito voltadas para a promoção da sociabilidade e atividade as quais, embora significativas, não se atentam para quem são as pessoas que frequentam esses locais e o porquê. Como mostrou a pesquisa em questão, trata-se majoritariamente de um público feminino, atravessado por histórias de obrigatoriedade do cuidado, o que impactou diretamente suas vidas e relações, e pelas imposições sociais de gênero com as quais tiveram de lidar, seja porque as reproduziram ou porque as negaram.

Ao contrário, fomentam a cultura do envelhecimento ativo, que se por um lado cumpre o papel de colocar em evidência os sujeitos que estão nessa fase da vida visibilizando as suas possibilidades, é construído em cima de bases que sustentam um discurso privatista e responsabilizador dos indivíduos, o qual pode, inclusive, culminar com a sua divisão entre velhos que se empenharam em manter uma vida saudável para cultivarem a velhice de forma ativa e autônoma e pessoas que vivenciam uma velhice reclusa, dependente e/ou monótona porque ao longo da vida não fizeram escolhas que as projetassem para uma vida saudável e confortável.

Tal perspectiva parece negligenciar o papel das estruturas sociais, políticas e econômicas que podem influenciar o envelhecimento. Ela coloca a ênfase na capacidade individual, sem levar em consideração as desigualdades socioeconômicas, de saúde e de acesso a recursos que podem afetar a capacidade das pessoas.

Ademais, a perspectiva do envelhecimento ativo tende a ser centrada no trabalho remunerado e na produtividade, endossando a máxima de que o valor de uma pessoa idosa está associado à sua capacidade de contribuir economicamente para a sociedade. Essa visão desconsidera o valor de outras formas de contribuição e pode excluir aqueles que não têm a capacidade ou o desejo de permanecerem ativamente engajados no trabalho remunerado devido a questões de saúde, responsabilidades familiares ou outras circunstâncias.

Soma-se a estes fatores, ainda, o potencial de imprimir expectativas sociais irreais para com as pessoas idosas e, nestas violências subjetivas que podem culminar em sentimentos de inutilidade, inadequação e culpa por não suprirem aquelas expectativas, o que pode ter repercussões na saúde mental e bem-estar.

Alternativamente e, defendendo, deveria ser a perspectiva adotada pelas políticas e serviços públicos, é necessário disputar as narrativas em torno do envelhecimento, promovendo uma abordagem crítica e inclusiva que reconhece as desigualdades estruturais e as diferentes experiências individuais e coletivas.

Isso envolve o desenvolvimento de políticas e práticas que abordem as desigualdades socioeconômicas, promovam a participação social e comunitária de diversas formas, garantam acesso a serviços de saúde adequados e de qualidade e reconheçam o valor de todas as contribuições das pessoas idosas para a sociedade, não apenas aquelas relacionadas à capacidade produtiva e ao trabalho remunerado.

4.2 O CUIDADO INSTITUCIONALIZADO

Na pesquisa intitulada como *Velhice e Abrigamento: a construção do envelhecimento em Instituições de Longa Permanência filantrópicas em Salvador-BA* (CARVALHO, 2016), a realidade apresentada quando a perspectiva foi o cuidado institucionalizado difere da anterior, sobretudo por serem indivíduos com referência familiar, mas que em determinado momento da vida tiveram o abrigo como opção, fosse própria ou dos familiares, principalmente após apresentarem questões de debilidade na saúde.

A primeira entrevista foi com uma idosa a quem a pesquisadora chamou de Lótus, 83 anos, três filhos, sem escolaridade, que após perder os pais veio para a capital fugindo da violência por parte da madrinha. Constituiu alguns vínculos laborais, mas durante a maior parte do tempo (até os 60 anos) trabalhou como empregada doméstica, só parando por causa do acometimento de um AVC. Trabalho por meio do qual afirma ter “formado os filhos”, todos homens, que após constituírem suas próprias famílias distanciaram-se dela, rompendo assim o vínculo.

Aqui, este caso pode ser tomado como ilustrativo da discussão abordada anteriormente quando se falou da dinâmica do cuidado diante da ausência familiar, sobretudo de filhos, os quais passaram o decurso da vida usufruindo do cuidado de suas genitoras, mas por serem homens, não retornam esse cuidado, como é possível observar numa das falas da idosa durante a entrevista:

Tem que falar a verdade, eles não vêm, eu me conformo, porque... Como é que diz? A gente tem filho é pro mundo, não é pra si. Agora acho eles ingrato... Porque... Acho eles ingrato assim, não queria que eles me desse nada, mas *percurasse* aonde eu tô. **E eles sabem que a senhora está aqui?** Sabe. (CARVALHO, 2016, p. 56).

Questionada sobre se foi uma decisão estar na ILPI ou se preferia estar em casa, responde que preferia morar em sua casa e preservar sua autonomia (já não tão absoluta dentro de uma instituição com normas próprias), porém como só teve filhos homens, ficou mais difícil permanecer em seu domicílio.

Novamente vemos a reprodução de lógicas heteropatriarcais, nas quais as mulheres não podem esperar dos homens que estes lhe ofertem cuidado, mesmo em se tratando de seus filhos, figuras a quem se dirigem expectativas de reciprocidade, mas que também, evidentemente, são marcadas pelo recorte de gênero.

Dois aspectos se acentuam na história de vida de Lótus – a condição de classe e de trabalho e a ponderação sobre se a sua condição seria a mesma se na sua composição familiar houvesse mulheres.

Como dito, a idosa desempenhou atividade laboral como empregada doméstica até os 60 anos de idade, com relatos de que os patrões a “tratavam bem”, mas queriam que ela continuasse na casa deles, mesmo após o AVC, para que pudessem auxiliá-la. Recuperando uma das discussões apresentadas no início deste trabalho, a vida de Lótus ratifica o que estudos e pesquisas estatísticas nos mostram, de que as mulheres negras continuam sendo a mão de obra mais utilizada quando se trata de trabalho doméstico, inclusive estendendo as suas atividades até a velhice.

Dá a importância de continuar ressaltando na discussão sobre divisão sexual do trabalho o aspecto racial que a informa, uma vez que os postos de trabalho mais precarizados têm se constituído como um nicho de perpetuação de alocação das mulheres negras. Conforme Lélia González afirma:

Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas. (GONZÁLEZ, 2020, p. 142).

No caso em tela, vê-se que há a clássica relação colonial estabelecida entre patrões e empregados domésticos, quando estes últimos têm a sensação de que são bem tratados e bem assistidos em momentos de dificuldade, como se fossem mesmo da família. Entretanto, aos 60 anos de idade, trabalhando desde muito nova em uma residência, ao contrário de receber o convite para continuar na casa dos patrões, esta idosa já deveria estar aposentada, afinal se não fosse o acometimento do AVC, até quando a deixariam trabalhando?

É quando vemos que ainda hoje persiste a lógica da colonialidade e do servir como única alternativa para determinados indivíduos, sobretudo mulheres negras que são cotidianamente impelidas a deixar o cuidado de si e dos seus para suprirem as demandas de cuidado de grupos dominantes. Cuidado este que, segundo Françoise Vergès (2020) configura, para as mulheres negras, uma “economia do desgaste e da fadiga dos corpos racializados”, ressaltando como é necessário o entendimento de que o trabalho de cuidado é um “trabalho cuja finalidade é manter ou aumentar a liberdade de outra pessoa” (Vergès, 2020, p. 125).

Pensamento igualmente defendido por Lélia González (2020) ao pontuar a urgência em se desconstruir uma perspectiva essencializadora de mulheres negras que tem a ver com as imagens de controle (COLLINS, 2019) construída em torno delas desde o período do colonialismo até hoje – de mucama a mulata, de mãe preta a doméstica – perpetuando assim uma linha bastante tênue para estas mulheres quando se trata de esfera doméstica e mundo do trabalho.

O segundo aspecto observado foi a reflexão sobre de que maneira Lótus experimentaria a sua velhice se não tivesse tido apenas filhos homens, isto porque como já exemplificado anteriormente ao falar sobre o cuidado na ausência de referência familiar – mostrando como as mulheres tiveram que abrir mão de suas vidas quando jovens para cuidar de suas mães – e mais pra frente quando, diferentemente, abordarei sobre cuidadoras familiares – vemos que a presença de uma figura feminina não necessariamente determina, mas muito provavelmente mudará a experiência de mulheres idosas que necessitam de cuidado.

A segunda entrevistada, Ninfeia, 78 anos de idade, sem filhos, perdeu todas as pessoas de referência da família nuclear, relata que estudou apenas a educação básica incompleta, pois era a filha caçula e a condição econômica de seus pais já não era suficiente como foi para os seus irmãos. Também trabalhou durante muito tempo como empregada doméstica, tal qual a sua mãe, que também veio para a capital ainda criança trabalhar em “casa de família”.

De pronto, a situação de escolaridade e as razões chamam a atenção, não pela inverdade da justificativa, pois certamente uma família de trabalhadores com vários filhos tem dificuldade para custear a educação de todos, porém era muito comum que filhas mulheres não tivessem prioridade nesse quesito, uma vez que deveriam ser criadas para o lar.

Sobre o fato de não ter casado, Ninfeia diz não lamentar, primeiro porque “Deus quis assim”, segundo “porque casamento é loteria, pode ser bom ou pode ser muito ruim”. Novamente notamos em outra mulher o entendimento, ainda que inconsciente ou por observação das relações por ela acompanhadas, do que o casamento poderia significar algumas décadas atrás e ainda hoje, ou seja, histórias de renúncias de si e/ou violências.

Acerca de estar institucionalizada, percebe como algo positivo, pois considera estar sozinha como “não existir mais” e estar em casa como um “estorvo” para os familiares (sobrinhos), estes que ela relata irem visitá-la por vezes.

Esta perspectiva apresentada pela idosa em questão novamente nos leva a refletir sobre a trajetória das mulheres mais velhas que dedicaram suas vidas aos cuidados de terceiros e que não possuem relações comunitárias ou familiares que

coloquem alternativas para elas que não seja a institucionalização, o que se intersecciona com o grupo de mulheres anteriormente abordadas, as quais não chegaram a constituir suas próprias famílias.

Por mais que descreva como positivo, em seu discurso traz os incômodos sobre o local em que vive, com ausência de autonomia, monotonia, solidão e conformismo com uma realidade que buscou para não sentir que atrapalha a vida de alguém.

Esse cenário é mais uma evidência da persistência das desigualdades de gênero no que diz respeito ao trabalho de cuidado. Como a sobrecarga de cuidados geralmente recai sobre as mulheres, que são socializadas a assumir papéis de cuidadoras e a serem responsáveis pelo bem-estar da família, quando estas envelhecem e precisam de cuidados, essa responsabilidade não é reciprocada pelos familiares homens.

Além disso, essa realidade realça a falta de apoio e políticas governamentais voltadas para o cuidado de longo prazo. O Estado não tem assumido a responsabilidade de suprir as necessidades de cuidado das mulheres idosas, deixando-as à mercê de instituições, onde podem enfrentar desafios como falta de atenção individualizada, falta de autonomia e perda de conexões sociais.

A terceira e última entrevistada é Vitória Régia, 93 anos de idade, divorciada, um filho, também empregada doméstica, institucionalizada por uma sobrinha após sofrer um AVC e a convivência de ambas ter se tornado bastante conflituosa. Relatou que vivia sozinha até adoecer, motivo pelo qual foi residir com a sobrinha, porém a coabitação passou a ser cada vez mais difícil, uma vez que sua dinâmica de vida não era aceita e a dependência a incomodava.

Este aspecto explicita os desafios da vivência intergeracional, sobretudo em situações de dependência, pois a diferença de tempos, entendimentos e percepções sobre a vida foram construídos de formas distintas e a ausência de vínculo pode tornar esse um desafio ainda maior.

Diante das relações e dos cuidados intergeracionais, os conflitos podem aparecer porque as gerações têm diferentes padrões sociais e culturais. [...] O que para uma geração é considerado importante,

para as seguintes pode não ser mais, surgindo assim os confrontos de ideias entre os diferentes grupos etários. A divergência entre as gerações mais novas e as mais velhas também pode ser resultado do desconhecimento e, conseqüentemente, da não tolerância de algumas limitações ou dificuldades decorrentes do processo de envelhecimento (TARALLO, 2015, p. 49).

A coabitação pode ser uma experiência enriquecedora, oferecendo oportunidades de compartilhamento de conhecimentos, apoio mútuo e fortalecimento dos laços familiares, mas é importante não romantizar este processo, tendo consciência dos conflitos que podem ocorrer, decorrentes das diferenças de perspectivas, expectativas e estilos de vida entre as diferentes gerações, mas também como produto da sobrecarga física e mental que o cuidado pode provocar, gerando, inclusive, violências que em outro contexto não existiriam.

Isto tudo, de certo, estará igualmente permeado por elementos estruturantes como a condição de classe das famílias, os recursos que podem acessar, a divisão ou não destas responsabilidades, o acesso a políticas públicas de qualidade, dentre outros.

Esta mesma idosa também foi vítima de violência doméstica por parte do marido, o qual levou o seu único filho embora ainda criança, privando-a assim da convivência e do estabelecimento de vínculo, não tendo tido mais notícias sobre e, conseqüentemente, perdido qualquer tipo de contato.

Sobre a institucionalização, conforma-se, pois diz “não ter outro jeito”, entretanto tal qual a entrevistada anterior também lamenta não ter mais a autonomia de gerir a sua vida, os seus horários, as suas atividades, os seus proventos, uma vez que tudo isto fica a cargo da instituição.

Importante ressaltar que as idosas se encontravam em instituição filantrópica e sem fins lucrativos que, entretanto, cobravam pelo abrigo. Mais uma vez vemos a ausência do Estado em ofertar equipamentos deste tipo de forma suficiente para a demanda, bem como outros modelos de serviço que pudessem subsidiar essa fase da vida como Centros Dia, por exemplo, mas não só. Um modelo de política que também não dá condições de que esse cuidado seja prestado de outra forma, mesmo no seio familiar.

Transformar o núcleo familiar numa rede de proteção social sem que estas famílias tenham aporte estatal para dar conta das diversas esferas de suas vidas – laboral, acadêmica, de lazer, dentre outras – é jogá-las à própria sorte e é levar ao fim uma agenda política de desresponsabilização.

Isto porque se existem fatores subjetivos e simbólicos nas dinâmicas que envolvem o trabalho de cuidado, também há uma esfera material, concreta, de ausência de direitos, de precarização de serviços públicos que, uma vez que sejam inexistentes ou insuficientes, reverberam naquele cuidado de forma a gerar mais precarização, histórias de renúncias ou até mesmo violências, potencializadas por realidades atravessadas por uma série de ausências no que corresponde a direitos e proteção social.

Percebe-se que o afastamento do Estado nas políticas públicas foi acompanhado do discurso de revalorização conservadora da família. De acordo com Pereira (2004), este discurso não veio acompanhado de políticas públicas que garantissem o seu fortalecimento, portanto, chama a atenção para os perigos da nova linguagem em torno do mistificado caráter da família. Esta identidade positiva e atribuída que a família incorporou no contexto neoliberal faz com que ela seja a principal provedora de “bem-estar social” dos seus membros e não o Estado. (SILVA, 2017, p. 11).

Assim, se fortalece uma lógica e racionalidade neoliberal (Dardot e Laval, 2016) em que as redes de proteção social estatal vão ficando cada vez mais frágeis, tendendo a desaparecer, e sendo privilegiadas as relações mercadológicas, filantrópicas e de autogestão, em que aos indivíduos são atribuídas todas as responsabilidades acerca do seu destino social.

4.3 O CUIDADO GESTADO PELA FAMÍLIA

Neste último bloco, acerca da pesquisa *Família, Envelhecimento e Proteção Social: a questão do cuidado e das cuidadoras familiares*, (SOBRENOME, 2016), serão analisados alguns aspectos de entrevistas realizadas com famílias de idosos

cujos cuidados são gestados pelos próprios familiares em suas residências, e os aspectos que determinam as suas dinâmicas e especificidades.

Importante, de pronto, destacar que todas essas cuidadoras eram mulheres e, além disso, também idosas, fenômeno que tem se tornado muito comum, inclusive pelas mudanças nos perfis das famílias. Segundo Britto da Mota:

No percurso teórico e no descortino atual das idades e relações socialmente fundamentais, vêm-se destacando as famílias multigeracionais como loci privilegiados destas, na sua estrutura destacando-se dois segmentos populacionais muito nítidos [...] A geração intermediária ou pivô foi socializada pelas gerações mais antigas, principalmente a dos seus pais centenários, para o exercício dos papéis tradicionais, sobretudo de gênero – os homens, como provedores; as mulheres, para serem essencialmente cuidadoras. Mas ao mesmo tempo estão vivenciando agora outros processos sociais e extrafamiliares do mundo capitalista, que os redirecionam ou ressocializam para novas atuações. (BRITTO DA MOTA, p. 436, 2010).

A primeira entrevistada, Mara, é casada, dona de casa e reside com a filha, o genro, a neta e um bisneto, além do marido, também idoso (85 anos), que é de quem cuida. A família tem como principal provedor o idoso, que recebe quatro salários-mínimo e reside em apartamento próprio.

Logo se vê que esta é uma família intergeracional que coabita, mas os motivos que levaram esta filha a constituir família e continuar ou passar a residir permanentemente com os pais não são expostos. Porém dada a realidade conjuntural que temos hoje, de desemprego estrutural e piores condições de vida e trabalho, esta poderia ser uma das razões.

Esta, contudo, é apenas uma hipótese que não se pode afirmar, posto que a pesquisadora também afirma que esta filha trabalha fora, apesar de não citar a renda. Ainda assim, é preciso considerar que, muitas vezes, para fugir de uma reprodução social precária, as famílias recorrem a tipos de organização que permitem aos membros mais jovens acessos e possibilidades que do contrário não aconteceriam.

Este tipo de moradia compartilhada nos parece uma síntese importante do lugar ocupado pelas mulheres na sustentação e provisão das condições objetivas de vida e reprodução social em condição precária. O trabalho doméstico, entretanto, permanece como o núcleo em torno do qual a estrutura doméstica de reprodução organiza-se: a possibilidade de cuidar das crianças pequenas para liberar as filhas e filhos para o trabalho, é determinante na definição deste arranjo de moradia, no contexto de ausência de creches públicas. Esta situação condensa uma síntese contraditória de como a possibilidade de inserção de mulheres mais jovens no mercado de trabalho, ancora-se no trabalho doméstico não remunerado de outras mulheres, no contexto de precarização do trabalho e de retração do Estado na provisão de acesso à moradia popular. (FERREIRA, 2017, p. 56).

De todo modo, manter-se na casa dos pais também é uma forma de aumentar o seu padrão de vida, uma vez que deixará de ter outros custos tanto materiais quanto de uso de tempo em atividades domésticas, o que nos leva a pensar sobre a continuidade da exploração do uso do tempo materno mesmo em idades mais avançadas. Segundo Pavin (2020), é necessário discutir sobre o papel cada vez mais importante que mulheres idosas têm exercido no núcleo familiar, pois

[...] estas ocupam um papel central, sejam como cuidadoras da casa, dos netos, dos filhos e de demais familiares, seja com os afazeres domésticos. As mulheres idosas seguem reproduzindo sua força de trabalho nos afazeres domésticos, mesmo as mais idosas, exercendo atividades do cotidiano da casa [...] mas também no apoio financeiro, mesmo que com baixos ou nulos proventos. Desta forma, auxiliam na sobrevivência material e social dos membros da família e de sua rede social ampliada. Desmistifica-se, portanto, a ideia de que a mulher idosa seja dependente da família, quando na verdade ela cumpre cada vez mais a função de cuidadora de todos. (PAVIN, 2020, p. 67).

Apesar da coabitação, no que tange à vivência intergeracional, ela é quase inexistente segundo a cuidadora responsável, uma vez que a filha trabalha fora e “ajuda como pode”; o genro ou a família dele “não ajudam”; e aos finais de semana a filha sai e convive mais com a família do marido. Este, inclusive, não aceita a condição de saúde do idoso, diagnosticado com Alzheimer, e diz que o comportamento dele não tem a ver com a doença, ressaltando, inclusive, que

percebe que a filha e o genro esporadicamente até ajudam outros vizinhos idosos do prédio, mas não o pai.

Com relação aos netos e bisneto, a cuidadora afirma que tratam o idoso bem, mas não possuem nenhuma relação mais íntima de afeto e/ou cuidado, não há nenhum estreitamento de relação e não considera que tem a ver apenas com a sua condição de saúde.

A partir destes elementos, pode-se mais uma vez pensar as dinâmicas de famílias que têm a característica da coabitação intergeracional. Embora não seja possível determinar causas ou motivos taxativos para os comportamentos referidos, é preciso lembrar que toda família carrega uma história pregressa de como as suas relações foram constituídas; que os aspectos subjetivos de afeto e vínculo foram nutridos durante toda a vida e não necessariamente de forma positiva, o que pode reverberar na fase da velhice e/ou dependência de um dos membros.

Ainda, há que se apontar outras razões que em nada têm a ver com o simbólico, mas com o material, com o concreto, que é também as dificuldades de se lidar com uma pessoa com doença degenerativa e em estado de dependência, sobrecarga que muitas vezes alguns membros da família não estão dispostos a assumir e, desta forma, acabam penalizando apenas uma figura, que via de regra é a figura de uma mulher como no caso em questão.

O trabalho de cuidado em prol de um membro dependente utiliza muito do tempo e energia das mulheres, bem como afetam não só a sua saúde física como também a sua saúde mental, aspecto este bastante recorrente na fala da cuidadora em questão ao relatar que se sente muito esgotada com o dia a dia, pois é a principal responsável pelas atividades da vida diária que envolvem o idoso e não tem atividades de lazer fora de casa, porém a sua estafa maior é a psicológica.

Outro aspecto observado diz respeito ao sentimento da cuidadora para exercer esse trabalho, quando relata que o faz “tanto por obrigação quanto por afeto e ausência de outra possibilidade”. Esta fala dialoga com as interpelações já realizadas anteriormente diante das falas de outras mulheres sobre relacionamentos, de não se lamentarem por não ter apostado na “loteria do casamento” ou por tê-lo rejeitado a fim de não renunciarem as suas próprias vidas.

Esta entrevistada trouxe relatos de situações de abuso de álcool e agressividade por parte do marido antes de se tornar dependente, provocando conflitos e perpetrando violências não necessariamente físicas, porém ainda assim, como esposa, sentia o dever de cuidar e jamais consideraria a possibilidade de institucionalizá-lo.

Vê-se que ainda que num contexto de violência vivida anteriormente, a mulher carrega o sentimento da obrigação do cuidado pelo seu marido, assumindo como sua a responsabilidade pelo bem-estar, levando consigo uma carga moral diretamente ligada às dinâmicas de apropriação e exploração que envolve as relações interindividuais e cotidianas.

Com efeito, no plano das relações entre indivíduos, que corresponde ao plano das práticas sociais, as relações de dominação-exploração-apropriação ganham forma: a violência doméstica dos homens contra as mulheres, os preconceitos sobre a vivência da sexualidade feminina sob diferentes formas, materiais e simbólicas de controle, a sobrecarga com o trabalho doméstico não remunerado e a própria “afetividade” e a carga “moral” envolvida na realização deste trabalho que tornam, em muitas situações, tão difícil que as mulheres se rebelem contra ele. (FERREIRA, 2017, p. 31).

Além disso, sobre o seu próprio futuro, já estando na fase da velhice, a idosa diz ter considerado a ida para um abrigo após a morte do marido, pois não terá quem cuide dela (ainda que tenha uma família extensa dentro de casa), possibilidade que, entretanto, logo pondera por dizer não ter condições econômicas o suficiente para manter-se num local agradável.

O cenário, mais uma vez, é de uma trajetória atravessada por violências, sobrecarga com relação ao cuidado e consciência da praticamente inevitável velhice solitária, pois a despeito de conviver com outros familiares, entende que nenhum deles se colocará para cuidar dela.

A segunda entrevistada, Jandira, aposentada (3 salários), solteira, sem filhos, pediu aposentadoria do trabalho, pois a condição de saúde de sua genitora (85 anos), a qual tem doença degenerativa, agravou-se e passou a ser acionada constantemente por outros membros da família para resolver as situações, o que começou a interferir em sua rotina laboral.

Apesar de ter irmãos, nenhum deles assumiu este trabalho, ficando o cuidado exclusivamente para si, afinal de contas além de ser a única filha mulher, também não tinha filhos e já residia com a idosa, então decidiram que seria ela quem deveria cuidar e não lhe prestam qualquer tipo de ajuda.

Aqui também podemos resgatar outra discussão já iniciada anteriormente, quando foi citada a diferença de postura de filhos homens e mulheres quando se trata do trabalho de cuidado para com os genitores dependentes. Assume-se, de pronto, que por ser a filha mulher, é quem deve exercer o cuidado, ainda que para tanto tenha que abdicar de sua própria vida, inclusive deixando o próprio trabalho para fazê-lo.

É uma reprodução de padrões sociais heteronormativos e patriarcais que atravessa historicamente a vida das mulheres, fazendo com que suas carreiras sejam interrompidas, com que retornem ao ambiente doméstico, como se aquele ali fosse o seu habitat natural e o seu destino inevitável. Ainda que tenha acessado outros espaços que lhe deram condição de ter algum nível de independência e/ou protagonismo, a sua prioridade é seguir com o rito de suprir as carências domésticas, sejam elas quais forem.

E é preciso explicitar as mediações concretas e institucionais que se delineiam no sentido de manter as bases da divisão sexual do trabalho praticamente inalteradas, a despeito das mudanças de conjuntura políticas e econômicas, pois é uma das determinações material e ideológica fomentada e reproduzida pelo Estado, tal qual afirma Verônica Ferreira:

É no Estado, compreendido como expressão de relação de forças, mecanismo de coerção e consenso (GRAMSCI, 2001), sob as determinações do desenvolvimento capitalista e de sua reprodução imbricada às relações de dominação-exploração patriarcal, que se pode encontrar uma mediação fundamental para explicar o “mistério” da sobrevivência da divisão sexual do trabalho e, notadamente, da permanência do trabalho doméstico como um encargo das mulheres. E, numa unidade contraditória, encontrar na permanência desta divisão sexual do trabalho uma dimensão constitutiva do Estado liberal. (FERREIRA, 2017, p.24).

Ainda neste caso, os irmãos tentaram também imputar-lhe o cuidado com o genitor, com o qual não teve nenhuma convivência, mas na velhice voltou pois carecia de cuidados, o que chegou a fazer por algum tempo, porém recusou posteriormente, pois achou “que fosse enlouquecer”. Novamente, o sentimento de obrigação para com os genitores parece predominar, mas nitidamente com vieses de gênero, além do fator esgotamento emocional também evidenciado pela entrevistada que considera ser este aspecto um dos mais penosos no exercício do trabalho de cuidado.

Estudiosos que discutem sobre a temática já apontaram a necessidade de se visibilizar a perspectiva da carga emocional que o cuidado provoca. Nesse sentido, Moreira e Moser fazendo referência aos estudos de Carloto (2015), afirmam que

[...] estabelece-se um vínculo emocional entre o que cuida e o que recebe cuidados, um vínculo pelo qual o indivíduo que propicia os cuidados se sente responsável pelo bem-estar do outro e faz um esforço tanto emocional quanto físico para poder cumprir essas responsabilidades. Assim, o cuidado é resultado de inúmeros atos pequenos e sutis, conscientes ou inconscientes que não se pode considerar que sejam realizados de forma natural ou sem esforços. (MOREIRA E MOSER, 2019, p. 77).

Sobre as escolhas que precisou fazer acerca do exercício do cuidado da genitora, a entrevistada diz que entre colocá-la numa ILPI ou aposentar-se para se dedicar aos seus cuidados, preferiu a segunda opção já que havia esta possibilidade. Isto pode estar relacionado ao imaginário que se criou em torno da institucionalização como algo negativo, que se dá pela perspectiva do abandono.

Tal perspectiva tem raízes não só na realidade das Instituições de Longa Permanência que, na cidade, em sua maioria, são locais que não seguem padrões de normatizações, bem como pela própria ausência do Estado em gerir de forma satisfatória o único equipamento público deste tipo que existe no município e transferir esta responsabilidade em grande parte para o terceiro setor, que carece de ofertar serviços adequados.

Sobre o seu próprio futuro, tal qual a primeira entrevistada, Jandira também relata que pretende ir para uma instituição, pois tem consciência de que, diferente da

sua genitora, não terá quem cuide dela, muito embora junto com elas resida um sobrinho, em idade jovem, mas que em nenhum momento da entrevista é citado, seja no que se refere a algum tipo de ajuda com as atividades de cuidado, seja no que diz respeito a alguma relação de afeto para com ambas, o que leva a acreditar que não tem nenhuma propensão a cuidar da tia caso ela necessite. Novamente, nesta família, o aspecto da intergeracionalidade é de distância e não participação.

A última entrevistada, Carla, 62 anos, separada, aposentada com dez salários-mínimo, sem filhos, também reside com a genitora de 97 anos de idade, de quem cuida. A entrevistada possui uma irmã, porém relata que resolveu “tomar para si o cuidado”, que relata exercer por amor, sobretudo por ser sua mãe, que “foi capaz de muita coisa pelos filhos”.

Então após divorciar-se, decidiu residir com a idosa para prestar-lhe a assistência de que viesse a necessitar. Novamente, vemos o movimento de retorno para a casa dos pais, neste contexto, pela condição econômica explicitada, não necessariamente por melhores condições de vida, mas uma vez que se viu sozinha, outra hipótese seria justamente a partilha cotidiana, um aspecto mais subjetivo, mas que também merece ser pontuado, uma vez que, conforme afirma Britto da Mota, tais movimentos podem ocorrer por serem

Esteio dos pais, pelas restrições que a velhice mais avançada enseja ou impõe, e dos filhos e netos, pelas consequências da reestruturação produtiva e dificuldade de inserção no mercado de trabalho, mas também pela instabilidade das atuais relações afetivas, com os retornos à casa dos pais ou as reaproximações entre as gerações após casamentos desfeitos (BRITTO DA MOTA, 2010, p. 438).

A entrevistada relata que a idosa possui netos e recebe, por vezes, a visita de “uma bisneta que é mais chegada”, demonstrando uma diferença, ainda que sutil, das demais famílias, sendo a única que pontuou alguma relação de afeto, sobretudo por parte de membros mais jovens da família.

O que mais é evidenciado em suas falas é o fato de destacar que uma mãe abdica da própria vida por um filho e que, portanto, um filho “não pode se esquecer disso e colocar num asilo”; ainda, que se sente em paz, pois sabe que no dia que a

sua genitora partir, terá consciência de que fez a sua parte. Mais uma vez o sentimento de gratidão no exercício do cuidado, quando se trata de genitores, aparece de forma muito forte.

Carla refere gerenciar todas as atividades de casa, mas diferente das demais entrevistadas que relataram não possuírem nenhuma atividade externa que também não esteja relacionada de alguma forma ao trabalho de cuidado, afirma ter lazer e sair com amigos. Destaca, inclusive, uma vizinha e amiga que dá algum suporte para a sua genitora em suas ausências, como acompanhar ao médico ou fazer caminhadas.

Aqui, faz-se importante destacar que as falas dessa cuidadora foram mais evasivas e pouco recorrentes durante a apresentação dos dados da pesquisa e, ao aparecerem, não pareciam externar tantos conflitos e/ou tensões ou mesmo sobrecarga excessiva, tal qual aconteceu com as demais.

Com relação a isto, destaco a percepção, diante dos dados apresentados, de que um fator determinante para isso é a condição de classe e a existência de rede de suporte, último elemento que trago para esta análise. Todas as entrevistadas deste bloco de cuidadoras familiares informaram ter empregadas domésticas que as auxiliam em casa com as atividades – e por isso destaquei o fator renda nas histórias dessas famílias.

Todas com renda familiar de, pelo menos, quatro salários-mínimo, encontram-se nas chamadas camadas médias, o que certamente as possibilita usufruir desse serviço – que inclusive também já foi anteriormente abordado como transferido em sua grande parte para mulheres negras que abdicam do cuidado de si próprias, de suas casas e famílias em prol de grupos dominantes.

Entretanto, as duas primeiras entrevistadas demarcaram de forma mais acentuada algumas dificuldades financeiras em manter uma profissional daquela natureza, o fazendo por ser a única forma que encontraram de gerir o trabalho de cuidado, uma vez que também já são idosas e não contam com nenhuma rede de apoio. Por outro lado, este não é um aspecto tratado pela última entrevistada, a que possui maior renda e também possui empregada doméstica, além de contar com uma rede de suporte que, ainda que não seja familiar, existe.

Claro que todos os casos aqui ilustrados dizem respeito a setores de grupos de trabalhadores, mas, ainda assim, dentro desta categoria, percebe-se que existem subdivisões entre aqueles que têm maiores possibilidades de exercer o trabalho de cuidado de forma menos penosa e aqueles que não têm, sem esquecer, obviamente, de mencionar os setores ainda mais empobrecidos da população que não estão nas camadas ditas médias e não contam com rede de apoio familiar ou comunitária ou estatal para concretizar esse cuidado.

Portanto, não se pode deixar de ressaltar como a condição de classe, tal qual a de gênero e raça, determina a forma como o exercício do trabalho de cuidado se apresenta para as mulheres, inclusive no que diz respeito às suas condições de saúde física e mental, que são diferentemente atingidas nesse processo.

Ainda, não se pode deixar de evidenciar o que um Estado ausente e austero provoca na realidade de vida das mulheres trabalhadoras, não só quando jovens, mas também quando na fase da velhice, as quais não encontram serviços públicos eficazes quando se deparam com ausências familiares e comunitárias, seja quando inseridas em serviços asilares, seja, ainda, quando precisam abdicar de suas vidas para, sozinhas, empreenderem um trabalho que deveria circundar, sobretudo, pela esfera pública, com políticas de cuidado e sistema de proteção social eficiente e eficaz.

4.4 O “X” DA QUESTÃO: LACUNAS PREENCHÍVEIS

Analisados os dados secundários sob a ótica da literatura recuperada, dedico este último tópico a trazer à luz alguns pontos observados na condução e construção analítica das pesquisas, sobretudo apontando tendências que parecem permanecer dentro do universo do Serviço Social ao mencionar aspectos estruturais, como eixos de opressão de classe, gênero e raça, mas que, contudo, acabam por ficarem superficializados.

A teoria social crítica é baseada no entendimento das estruturas sociais e econômicas, e em como as relações de poder conformam as desigualdades sociais.

Intenta, a partir da totalidade, analisar a realidade social, considerando como diferentes sistemas se interconectam e influenciam mutuamente. Portanto, pesquisas que vão lançar mão deste método de análise necessariamente precisam trazer à tona como essas formas de exploração e opressão se estabelecem e se mantêm no tecido e estrutura social.

Desta forma, já se põe em questão, por exemplo, a afirmativa – como numa das pesquisas – de que não se pretendia fazer recorte de gênero para o tema proposto, qual seja, pessoas idosas vivendo em ILPI's e suas percepções sobre o processo de construção do envelhecimento e relações familiares. Isto quando se tem conhecimento, a partir de dados sociodemográficos e estudos realizados, de que a população institucionalizada é majoritariamente feminina, o que se coloca quase que como um recorte de gênero “compulsório”, visto que tal dado não está no campo da naturalidade ou da coincidência.

Em estudo sobre institucionalização, Paranaguá afirmou:

Neste sentido, fica evidente que não se trata de fenômeno meramente demográfico (quantitativo) de feminização da velhice, mas de um fato que demanda análise interseccional. [...] Muito mais que a feminização da velhice, [...] a institucionalização de mulheres velhas não tem a ver exclusivamente com mudanças culturais, sociofamiliares e redução dos proventos, no contexto neoliberal. Mas sim com a simbiose patriarcado, machismo e racismo (SAFIOTTI, 2013), posto que são as mulheres mais velhas, cujos corpos não atende mais as premissas do patriarcado (BRITTO DA MOTTA, 2002), que residem em ILPIs. (PARANAGUÁ, 2019, p. 132).

Ao proceder daquela forma, então, afirmando fazer uma análise de totalidade da estrutura social, fazendo alusão à teoria social, ao tempo em que deixa de fora eixos estruturantes ao sequer qualificar ou problematizar, por exemplo, o pertencimento racial das sujeitas da pesquisa, mostram que é preciso avançar no que diz respeito às análises suscitadas no âmbito do serviço social que, por vezes, ainda figura como limitado.

Isto por se valer de menções a termos centrais e amplamente apropriados atualmente (como “interseccionalidade”, por exemplo, ou “eixos de opressão”), sem,

contudo, trazer as bases e discussões que vão informar e provocar a realidade pesquisada, sendo muitas vezes esses elementos e análises ausentes, os determinantes para melhor robustez da pesquisa proposta.

o que faz com que uma análise seja interseccional não é o uso que ela dá ao termo ‘interseccionalidade’ nem o fato de estar situada numa genealogia familiar, nem de se valer de citações padrão”, nosso foco deve ser “o que a interseccionalidade faz e não o que a interseccionalidade é (CHO et. al., p. 795, 2013).

E justamente por afirmarem que se informam pelo método da teoria social crítica, é que tais pesquisas deveriam fazer uso dessa análise interseccional, não necessariamente como termo a ser mencionado textualmente, talvez não enquanto categoria – conforme já explicitado ao longo deste trabalho – mas como a importante ferramenta analítica que ela é ao apontar, especialmente, para promoção da justiça social que considere os sujeitos tanto coletiva quanto individualmente.

Conforme afirma Patricia Hill Collins:

[...] a complexidade não é consequência do uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, mas algo que aprofunda a análise interseccional. Por fim, certo compromisso com a justiça social influenciou historicamente grande parte da investigação e da práxis críticas da interseccionalidade. [...] seu uso enquanto ferramenta analítica crítica está conectado a um éthos da justiça social. O que faz com que um projeto seja interseccional crítico é sua conexão com a justiça social. (COLLINS, 2020, p. 51).

Ora, ainda que a categoria do cuidado não fosse a centralidade de todas as pesquisas analisadas, sendo explicitado diretamente como objeto de estudo em apenas uma delas, todas são explicitamente por ela atravessadas.

Partindo desta constatação e considerando os aspectos centrais trabalhados nas pesquisas, é como se todas as facetas da implementação das políticas públicas, dos serviços e equipamentos públicos, das diretrizes que os norteia, fossem a personificação do que se chama genericamente de “política pública”, sem atentar-se

para o fato de que setorial e transversalmente, ao tratar de tais questões – seja institucionalização, seja grupos de convivência, seja relações familiares – estamos nos referindo a políticas de cuidado.

É como se este campo – a despeito de dizerem o contrário – ainda circundasse o âmbito da naturalidade, do afeto, da gratidão, do servir; como se político não fosse; como se fosse uma esfera diferente ou dissociada da política pública, quando precisamente se faz necessário reforçar a afirmação de que o Estado brasileiro tem elegido perspectivas de políticas de cuidado que em nada ou pouco atendem os setores da classe trabalhadora, sobretudo aqueles mais empobrecidos, marginalizados, racializados e feminizados.

É preciso demarcar nas pesquisas do serviço social que não estamos nos propondo apenas a falar ou rememorar regulamentações legislativas, decretos e portarias, como número significativo das pesquisas faz parecer, mas somos instados/as e estamos comprometidos/as, pela conjuntura política, econômica e cultural que vivenciamos, a problematizar setores da política pública que precisam ser corretamente nomeados, sob pena de se tornarem cada vez mais invisíveis e, conseqüentemente, menos fomentados e investidos.

É necessário ir além de dizer sobre a perspectiva assistencialista do arcabouço que se tinha antes da constituição de 1988, é necessário falar sobre quais instâncias e sujeitos a própria política pública que defendemos tem acionado; que recursos tem exigido, quais corpos têm penalizado, quais tempos têm subtraído. Em síntese, é preciso e urgente questionar: qual o custo do cuidado?

Não é aleatório que em todas estas pesquisas, excetuando-se poucas participantes, houve a classificação laboral como ex-empregadas domésticas ou donas de casa que atualmente dedicam suas vidas a cuidarem de outros familiares – sejam estes mais velhos ou mais novos. Parece, contudo, aleatório, quando não vemos críticas estruturais sendo feitas a estas questões.

Quando mulheres e, certamente, mulheres negras, vão parar em instituições de longa permanência que custeiam com os seus benefícios sociais e/ou baixas aposentadorias; quando vão parar em serviços de convivência cogitando venderem o único bem conquistado – a casa – para institucionalizar-se; quando deixam seus

empregos (precários) para darem conta de uma velhice dependente de um familiar, está se falando que serviram como peças de um jogo de tabuleiro, utilizadas durante as suas vidas única e exclusivamente para cuidar.

E isto, em muitos cenários, concomitante com os momentos de reivindicações das feministas, muitas delas certamente profissionais do serviço social, que estavam militando por uma Assistência Social pública que, entretanto, mal alcançou estas famílias e estas mulheres. Está se falando elementarmente da ausência histórica de políticas de cuidado no Estado brasileiro, ficando explicitamente sacramentado que é imprescindível o recorte de gênero e raça e uma análise de classe que transcenda a qualificação do nível de renda.

Para além disto, deixo aqui, para além daquelas já pontuadas nos tópicos anteriores de maneira categorizada, algumas outras reflexões.

A apresentação daqueles dados sociodemográficos mais atualizados trazidos inicialmente, mostram o quão relevante é a sua correta sistematização e manejo, posto que “se constitui em um enunciado que reflete a representação que a sociedade tem sobre si mesma” (Oliveira, 2004, p. 5).

Eles ratificam a realidade apresentada de pluralidade das famílias, destacadas principalmente no seu caráter intergeracional e marcadas não necessariamente por puras relações de afeto, mas também por relações de troca material e simbólica, ou ainda, manutenção da subsistência frente as contrarreformas capitalistas, corroborando para que tais conformações familiares sejam muitas vezes assumidas pela figura da pessoa idosa provedora, numa métrica via de regra acima do possível, que a torna não apenas alvo, mas agente do cuidado.

Apesar de pouco terem abordado a crise do cuidado provocada pelas transformações neoliberais, e terem construído um caminho mais tradicional e um tanto generalista da crise capitalista, discorrendo longamente sobre as implementações de legislações, ainda assim as pesquisas não mencionaram, por exemplo, a morosidade do Estado em promulgar dispositivos legais que transformem o cuidado em relação as pessoas dependentes como responsabilidade estatal, a exemplo do PL da regulamentação da profissão de cuidador que tramita nas casas legislativas desde 2007, sendo vetada em 2019 pelo então Presidente da

República, ratificando um Estado patriarcalista e misógino, haja vista que cuidar é imputado como um compromisso atemporal das mulheres e o “pagamento”, quando estas são familiares, é sempre atrelado ao imaterial e às emoções.

Cabe destacar que em todos os universos apresentados, a recorrência ao cuidado familiar se apresenta em situações de dependência decorrentes de doença ou sequela de doença, e em regra carregam as marcas de gênero. São as mulheres as cuidadoras, havendo ainda, embora não abordados, os marcadores sociais de raça, que inclusive determinarão o tipo de exercício desse cuidado – se de gestão (terceirização), este destinado às camadas médias da população e, infere-se, embranquecidas, ou se de execução das atividades cotidianas.

Tais aspectos irão influenciar diretamente no fluxo e dinâmicas de vida das mulheres, pois aquelas que conseguem custear uma trabalhadora doméstica ou uma cuidadora profissional, apesar de terem os seus comprometimentos psicoemocionais e subjetivos, ainda conseguem assumir atividades de cunho pessoal. Já aquelas que não dispõem desse recurso ou dispõem parcamente, além da sobrecarga física, necessitam lidar com o esgotamento emocional e subtração/negação do seu direito de existir, exercendo, de fato, uma cidadania sacrificial (Brown, 2018), por meio da qual os indivíduos são, nesta lógica ultraliberal, culpabilizados e responsabilizados.

Isto aliado ao fato de que muitas vezes também não dispõem de plena autonomia, uma vez que não contribuíram ou passaram por seguidas interrupções em suas contribuições previdenciárias, o que diminui drasticamente a sua renda e, conseqüentemente, sua qualidade de vida (HERMES, 2020).

Ademais, existe um discurso religioso/moralista que atrela às mulheres uma maior fortaleza psíquica para cuidar sem que sejam abaladas suas estruturas emocionais e físicas. Elas são consideradas resilientes, guerreiras e aguerridas, o que vai de encontro às pesquisas científicas que têm abordado o adoecimento das cuidadoras familiares quase que como tático.

Tal fator tem vinculação com a usurpação da identidade e da existência da pessoa cuidadora familiar unívoca que, além de aprender malabares financeiros, terá que ser aprendiz de diversas formações sem ser diplomada em nenhuma, como

cozinhar comida específica, realizar mudança de decúbito, realizar curativos e administração de medicamentos, garantir acesso aos serviços de saúde e benefícios sociais, e ainda gerir as crises relacionadas à saúde mental e/ou patologias degenerativas da pessoa cuidada.

É como se todas as profissões vinculadas ao cuidado possuíssem como exigência básica e elementar apenas um critério – a pessoa cuidadora ser do sexo feminino, não importando nada além disto, pois a capacidade do cuidar é protocolado como intrínseco às mulheres.

Importante destacar também a predominância da geração pivô (BRITTO DA MOTA, 2010) ou mulheres idosas na condição de cuidadoras familiares, realçando uma característica importante nestas relações – a casa não se configura mais como um espaço de sociabilidade, mas sim como um ponto de apoio na rotina (DEBERT, 1999), que também gera paradoxos.

Tal conceito foi trabalhado nos estudos de Britto da Mota, quando se dedicou a tratar da realidade e desafios vivenciados por essa geração intermediária que acaba atuando, nos domicílios intergeracionais, como um elo entre os mais novos e os mais velhos, assumindo responsabilidades que dizem respeito a ambos os grupos, desempenhando, desta forma, um papel crucial no equilíbrio das demandas apresentadas, e muitas vezes – dependendo da cultura e contexto familiar – às custas de pressões financeiras, dificuldade de equilíbrio entre trabalho e vida social e estresse físico e emocional, tudo isto potencializado – como já dito no decorrer das reflexões aqui trazidas – quando em contexto de ausência de apoio social e estatal.

Voltando a atenção aos muito velhos, detenho-me com foco especial sobre os centenários, e até mesmo como componente do seu sistema básico de relações que, sabemos, nessa idade são comumente adstritas à família (Britto da Motta, 2004), busco identificar a fundamental geração intermediária ou "pivô" (Attias-Donfut, 1993; Britto da Motta, 2003; Delbes & Gaymu, 1993) , constituída pelos filhos dos mais idosos na maturidade ou envelhecendo, com vivências inéditas na contemporaneidade em atividades e papéis superpostos: filhos dos mais velhos, pais de adultos ou adolescentes, divididos entre cuidados e apoios aos pais idosos, mas também a filhos e/ou netos e bisnetos. Esteio dos pais, pelas restrições que a velhice mais avançada enseja ou impõe, e dos filhos e netos, pelas consequências da reestruturação produtiva e

dificuldade de inserção no mercado de trabalho, mas também pela instabilidade das atuais relações afetivas, com os retornos à casa dos pais ou as reaproximações entre as gerações após casamentos desfeitos. (BRITTO DA MOTA, 2010, p. 438).

A solidão da mulher cuidadora, sobretudo quando esta também já é idosa, é outro aspecto importante, pois mesmo cumprindo as expectativas sociais que foram construídas em torno dela, expectativas estas de ordem moral, como por exemplo o seu papel no casamento ser vinculado exclusivamente ou prioritariamente à reprodução social, ainda assim chega num ponto da vida onde se vê sozinha e sobrecarregada.

Por vezes as mulheres idosas estão em casas cheias de pessoas à sua volta, mas como se sozinhas estivessem, com suas autonomias relativizadas devido às barreiras arquitetônicas e sociais do território em que vivem ou em razão da própria senilidade; estão presas em sua memória ou na esperança de dias melhores em que serão lembradas como integrantes importantes daquela configuração familiar.

Resta evidente, portanto, que para haver a garantia da promoção do cuidado sem que isso signifique extrema sobrecarga na figura feminina, é essencial uma mudança de paradigmas sociais, bem como moral/cultural, além de institucional, a fim de provocar nas estruturas estatais mudanças que fortaleçam as políticas públicas de cuidado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do trabalho de cuidado exercido pelas mulheres dentro de grupos de famílias intergeracionais requer uma compreensão profunda das estruturas e relações sociais que permeiam a sociedade. Nesse contexto, torna-se essencial considerar os aspectos interseccionais de classe, gênero e raça, que moldam de forma complexa a experiência das mulheres como cuidadoras.

Primeiramente, uma análise da realidade que se pretende crítica e considere a totalidade nos alerta sobre as desigualdades estruturais que permeiam o tecido social. O trabalho de cuidado nas famílias intergeracionais não é distribuído de maneira igualitária entre os membros que a compõem, mas com frequência recai sobre as mulheres, especialmente aquelas pertencentes a classes socioeconômicas mais baixas.

As mulheres das classes trabalhadoras são especialmente afetadas, já que muitas vezes não têm acesso a serviços de cuidado pagos ou creches, nem possuem condições de terceirizar tal serviço – ao contrário, são elas as contratadas pelas mulheres dos grupos dominantes que exercem esse cuidado numa espécie de gestão – e, portanto, são obrigadas a assumir a responsabilidade do cuidado não remunerado em casa e, muitas vezes cumulativamente, fora dela.

A interseção entre gênero e classe cria uma dinâmica complexa em que mulheres pobres se deparam com uma sobrecarga significativa de trabalho de cuidado, enquanto também enfrentam barreiras para a sua mobilidade socioeconômica. A ausência de suporte estatal suficiente para cuidados de longa duração e o encolhimento/desmonte dos serviços públicos, característicos de uma conjuntura política ultraliberal, apenas reforçam essa disparidade e perpetuam o ciclo de pobreza e opressão.

Ademais, é primordial considerar o papel do gênero na atribuição desigual do trabalho de cuidado. A socialização de gênero, reforçada por normas culturais e estereótipos – construídos também sobre bases materiais – ainda faz permanecer o imaginário de que o cuidado é inerente às mulheres, relegando-as a esse papel. A estrutura patriarcal subjacente à sociedade imputa a responsabilidade do cuidado

como uma obrigação natural e esperada das mulheres, afetando negativamente suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Adicionado a isto, o caráter racial não pode ser negligenciado na análise do trabalho de cuidado exercido pelas mulheres, sobretudo quando nos referimos à análise da sociedade brasileira. Mulheres pertencentes a minorias raciais muitas vezes são impelidas a suportar uma carga ainda maior devido à interseção de opressões de gênero, raça e classe, se lembrarmos que são elas quem engrossam as fileiras dos segmentos mais pauperizados da população.

Do mesmo modo, suas experiências sociais enquanto mulheres negras, construídas numa sociedade que ainda hoje carrega forte tendência colonial, faz com que enfrentem dificuldades ainda maiores no acesso a empregos e educação, por exemplo, o que pode limitar suas oportunidades econômicas e agravar a sua situação no trabalho de cuidado não remunerado.

O papel do Estado na responsabilização do trabalho de cuidado exercido pelas mulheres é crucial para abordar as desigualdades sistêmicas. Por isso analisar as bases capitalista, heteropatriarcal, racista e etarista que contribuem para as disparidades existentes é imprescindível.

Neste estudo, após as análises de dados secundários de pesquisas oriundos do grupo de pesquisa “Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social” (UFBA-CNPq), foi possível perceber que pouco ou nada mudou ao longo dos anos no que se refere ao exercício do cuidado, que continua sendo principalmente feminino e, nos últimos tempos, também mais velho. Ainda que cresçam, por questões de ordem estrutural e piora nas condições de vida, os domicílios intergeracionais, continuam sendo as mulheres as impelidas a abandonar seus projetos e vidas para dedicar-se ao trabalho de cuidado.

Esta realidade se repete seja lá qual for o âmbito considerado – se asilar, se dentro de serviços de convivência, se permanecendo com as próprias famílias. São mulheres que via de regra dedicaram suas vidas aos cuidados de outrem e, quando velhas, ou precisam prolongar esse cuidado, independente de suas limitações, ou são abandonadas pela família composta essencialmente por homens (estes nunca responsabilizados pelo cuidado ou com sentimento de culpa por não exercê-lo), ou,

ainda, se veem isolada e recebendo ínfimas intervenções do Estado que sequer garante o mínimo de dignidade sem terceirizar para o mercado ou agentes informais seus serviços.

O resultado disto é o desmonte de direitos, a extenuação da apropriação dos tempos e corpos das mulheres, o subfinanciamento de políticas públicas que promovam igualdade e minimizem os efeitos das desigualdades de gênero e o crescimento, a passos largos, de uma reprodução social de baixíssimo custo e proteção social frágil que penaliza, sobretudo, os indivíduos que vivem nas periferias do capital e que carregam em seus corpos os marcadores sociais que asseveram a sua exploração e opressão.

Para enfrentar esse cenário, o Estado deve investir em políticas públicas de cuidado que enfrentem tais desigualdades de frente. Isso inclui a criação e ampliação de sistemas de cuidados de longa duração acessíveis e de qualidade, como creches e serviços de cuidado domiciliar, bem como centros-dia e instituições de longa permanência que aliviem o fardo do trabalho de cuidado das mulheres. Além disso, é fundamental garantir o acesso universal a licenças parentais remuneradas para homens e mulheres, para que a responsabilidade do cuidado seja partilhada de forma mais equitativa e garantir acesso a serviços de saúde de qualidade.

O Estado deve também combater ativamente os estereótipos de gênero e as práticas discriminatórias que conservam os pilares da divisão desigual do trabalho de cuidado. Campanhas de conscientização, treinamento para profissionais de saúde e educação sobre igualdade de gênero são medidas que podem ser adotadas para combater essas normas sociais.

Em conclusão, a análise do trabalho de cuidado exercido pelas mulheres dentro das famílias intergeracionais sob a perspectiva da teoria social crítica nos leva a reconhecer a necessidade de uma abordagem integrada que considere a totalidade das estruturas e relações sociais. O Estado pode desempenhar um papel crucial no combate a essa desigualdade, por meio de políticas públicas que visem a equidade de gênero, o acesso a serviços de cuidado e o combate à discriminação sistêmica. Somente através de uma ação coletiva e transformadora poderemos

avançar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária, em que o trabalho de cuidado seja reconhecido, valorizado e compartilhado de forma equitativa por todos os membros da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maia. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 26(3), 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARRUZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 1, n. 23, p. 33-58, 2015.

_____. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, 2017.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Trad.: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Trad.: Maíra Mee Silva. **Revista Outubro**, v. 1, n. 32, p. 102-113, maio 2013. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

_____. Mapping social reproduction theory. In: _____ (org.). **Social Reproduction Theory**: remapping class, recentring oppression. London: Pluto Press, 2017.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRITTO DA MOTA, Alda. A Família Multigeracional e Seus Personagens. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 435-458, abr.-jun. 2010 435. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em 15 jan. 2023.

_____. Palavras e Convivência – Idosos, Hoje. In: BRITTO DA MOTA, Alda (Org.). Dossiê Gênero e Velhice. In: **Revista de Estudos Feministas**, Vol. 5, n. 1/97. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ: Rio de Janeiro, 1997.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e política de austeridade. São Paulo, Zazie, 2018.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

_____. **Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus**: órfãos ou novos pobres? Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200724_nt_disoc_n_81_web.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

CAMPOS, Marta; TEIXEIRA, Solange. Gênero, Família e Proteção Social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Revista Katálsis**. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 20-28, 2010.

CARLOTO, Cássia Maria. Programa Bolsa Família, cuidados e o uso do tempo das mulheres. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo, Direitos e Cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Geledés, 2013.

CARVALHO, Nádia Cristina Amoedo. **Velhice e Abrigamento**: a construção do envelhecimento em Instituições de Longa Permanência Filantrópicas em Salvador-BA. 68p. 2016. Monografia (graduação) - Instituto de Psicologia – Universidade Federal da Bahia.

Castro Peres, M. A. O SESC e a Terceira Idade: a utilidade da velhice no setor social. **Revista Serviço Social Em Perspectiva**, 6(2), 214–232, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.46551/rssp.202229>>. Acesso em 01 ago. 2023.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres chefes de família no Brasil**: avanços e desafios. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

CHO, CRENSHAW e MCCALL APUD COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 10, n. 1, 2002.

DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. **The power of women and the subversion of the community**. Bristol: Falling Wall Press and a group of individuals from the Women's Movement in England and Italy, 1975.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Edusp-PAPESP, 1999.

_____. Velhice e o Curso da Vida Pós-Moderna. **Revista USP**, p. 70-83, 199.

DELGADO, Josimara. **Memórias de Velhos Trabalhadores Aposentados**: estudo sobre geração, identidade e cultura. Rio de Janeiro, 2007.

_____. Pelas lentes dos velhos: ensaios sobre a proteção social aos idosos. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhã, v. 22, n. 1, p. 891-909, maio 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9822>>. Acesso em: 08 jan. 2021.

DELGADO, Josimara; CARMO, Caroline Ramos do. Uma «nova geração» de assistentes sociais: possibilidades de análise sobre trabalho e formação profissional em serviço social na bahia. In: XX Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa Sobre Mulher e Relações De Gênero, 20., 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Redor, 2018. p. 1-13.

DELGADO, J. A.; TAVARES, Márcia S. . The Bolsa Família Program in Bahia: intersections of class, gender, race and generation. In: Teresa Scchet, Silvana Mariano; Cássia Maria Carloto. (Orgs.). Women, gender and conditional cash transfers: interdisciplinary perspectives from studies of Bolsa Família. 1ed.Nova York: Routledge, 2021, p.56-81.

DELPHY, Christine. **The Main Enemy**: a materialist analysis of women's oppression: London: W.R.R.C.P, 1977.

_____. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. São Paulo: Boitempo, 2015.

DINIZ, Rodrigo. Categorias e Pesquisa: algumas linhas introdutórias. In: MARTINELLI, Maria Lúcia et al. **A História Oral na Pesquisa em Serviço Social**: da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019. p. 41-60.

FALQUET, Jules. A combinatória straight. Raça, classe, sexo e economia política: análises materialistas e decoloniais. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 48, p. 127-145, mar. 2019. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2019_11_18_16_05_18.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Verônica. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social**: uma análise de suas tendências. Tese (doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, 2017.

FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. Contribuições da Teoria da Reprodução Social para o debate contemporâneo sobre as opressões. **Marx e o Marxismo**, v.7, n.13, jul/dez 2019.

FOSTER, John B. A financeirização do capital e a crise. Trad: Emílio Chernavsky. **Revista Outubro**, n. 18, 2009.

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. Tradução: José Ivan Rodrigues de Sousa Filho. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 27, n. 53, p. 261-288, 2 jul. 2020.

_____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Revista Mediações**, n. 2, v. 14, p. 11-33. Londrina, 2009.

GARCIA, Elias. Pesquisa Bibliográfica versus Revisão Bibliográfica: uma discussão necessária. **Revista Línguas e Letras**, Cascavel, v. 17, n. 35, p. 291-294, maio 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, Caxambú, 1984.

_____. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp., 2020.

GUILLAUMIN, Colete. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, Verônica et al (Orgs.). **Patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. 1. ed. Recife: SOS Corpo, 2014, pp. 27-99).

HADDAD, Eneida. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <<http://bit.ly/2RWVOCc>>. Acesso em 04/02/2021.

HARDING, S. *The Science Question in Feminism*. Ithaca, US: Cornell University, 1986

HARTMANN, Heidi. "The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union" [1975]. In: SARGENT, Lygia (org). **Women and revolution**: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism. Montreal: Black Rose Books, 1981, p. 1-42.

HERMES, Hildete Pereira. Mensurar o Trabalho Não Pago no Brasil: uma proposta metodológica. **Economia e Sociedade** (UNICAMP), v. 30, p. 181-210, 2021.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, vol. 26, n. 1, 2014.

_____. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Bontempo, 2002.

hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Perspectiva: 2019.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default>>. Acesso em 09 jan. 2021.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101651_notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

_____. **Pesquisa de Orçamento Familiares**. Brasília: IBGE, 2019.

_____. **Síntese dos Indicadores Sociais**. Brasília: IBGE, 2018.

ILO. **Care work and care jobs for the future of decent work / International Labour Office**. Geneva: ILO, 2018.

JESUS, Jordana Cristina de. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência**. 2018. 120 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Demografia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FACE-B27PW9/1/ppgdemografia_jordana_cristinajesus_tesedoutorado.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 344.

_____. Dynamique et consubstantialité des rapports sociaux. Dorlin, Elsa Dorlin (dir.). **Sexe, race classe: pour une épistémologie de la domination**. Paris: PUF; Actuel Marx Confrontation, 2009, p. 111-125.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Tradução: Stephanie Borges. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOUREIRO, Bráulio Roberto de Castro; RIBEIRO, Danielle Cristine. Política social neoliberal: expressão da necessária relação estado/capital em tempos de crise estrutural do capital. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 292-308, 13 set. 2011. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2011v16n1p292>>. Acesso em 08 jan. 2021.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIOTO, Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Orgs). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MONTAÑO, Carlos. O “terceiro setor” como uma nova modalidade de intervenção social: o retiro do direito de cidadania e o dever do Estado. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**, n. 16, ano 5, p. 133-151. São Paulo: Ed. RT, jan./mar. 2021.

_____. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, Livia de Cássia Godoi; ESQUENAZI, Arellys. Epistemologias, práxis e desafios conjunturais nas relações entre feminismo(s) e marxismo. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.). **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. 1ª ed. Chapecó: marxismo21, 2020.

MOREIRA, Tassiane Antunes; MOSER, Liliane. **O Social em Questão**. Ano XXII, nº 43, Jan a Abr/2019, pg 67 – 94, 2019.

OIT. **Tendências Globais de Emprego para a Juventude 2020**: a tecnologia e o futuros dos empregos. Geneva, 2020.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Por que as mulheres estão tão cansadas?** Instituto Lula, 2018. Disponível em: <<https://institutolula.org/por-que-as-mulheres-estao-tao-cansadas>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

OLIVEIRA, Orlandina; GARCÍA, Brígida. Mujeres Jefas de Hogar Y Su Dinâmica Familiar. In: Congresso **Da Associação Latino Americana de População** – Alap, 1, Caxambu-Mg, Set. 2004.

PARANAGUÁ, Sheyla. **Histórias de violências não contadas**: a institucionalização como mecanismo de acirramento da subordinação de mulheres velhas negras soteropolitanas. / Sheyla Paranaguá Santos. – 199f. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Estudos sobre Gênero, Mulheres e feminismos. Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. 2019.

PATEMAN, Carole. **The disorder of women: democracy, feminism and political theory**. Stanford, 1989.

PAULA, L.F.R. de. Estado e políticas sociais no Brasil. **Rev. De Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, n. 4, 1992.

PAVIN, Raquel da Silva. **Mulheres e o apoio social**. Curitiba: CRV, 2020.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Família e Envelhecimento**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, P.A.P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M.A.; MATOS, M.C.; LEAL, M.C. (Orgs.). **Política social, família e juventude**. São Paulo / Rio de Janeiro: Cortez, Ed. da UERJ, 2004, p. 25-42.

PINHEIRO, Luana *et al.* **Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Brasília: Ipea, 2019. 44 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, vol. 11, n. 2, 2008.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

QUEIROZ, Felipe. A NOVA RAZÃO DO MUNDO: ensaio sobre a sociedade neoliberal. **Caderno Crh**, [S.L.], v. 31, n. 82, p. 187-191, abr. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792018000100012>.

SAFATLE, Vladimir. **Dar corpo ao impossível**: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SALGADO, Carmen D. S. MULHER IDOSA: a feminização da velhice. **Estud. Interdiscip. envelhec**, Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002.

SANTANA, Leucicléia Oliveira. **Sociabilidade, solidão e violência**: um estudo com mulheres idosas, frequentadoras do grupo Fonte de Vida no SESC – Rua Chile/Salvador - BA. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Almedina: Coimbra, 2020.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, Edileusa da. A Ausência De Políticas Públicas e a Sobrecarga de Trabalho Feminino. **Revista Gênero**. Niterói, v.13, n.1, p. 107-119, 2. sem. 2017.

SOUZA, Gabriela Pereira. **Família, Envelhecimento e Proteção Social**: a questão do cuidado e das cuidadoras. Trabalho de Conclusão de Curso(graduação) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador- Bahia, 2016.

TARALLO, R. dos S. As relações intergeracionais e o cuidado do idoso. **Revista Kairós-Gerontologia**, 18(Especial18), 39–55, 2015.

THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. "The Combahee River Collective Statement,". In: EISENSTEIN, Zillah. *Capitalist Patriarchy and the case for Socialist feminism*. NY: Monthly Review Press . Jan. 1979. Disponível em https://americanstudies.yale.edu/sites/default/files/files/Keyword%20Coalition_Readings.pdf

VERGÈS, Françoise. Um Feminismo Decolonial. São Paulo: Ubu,2020.

ZAGO, Luís Henrique. **O método dialético e a análise do real**. Belo Horizonte: UFMG, v. 54, n. 127, jun. 2013.